

MEMORIAL

Acho que o compromisso ideológico não é apenas uma questão de opção ou persuasão puramente racionais, mas tem todo tipo de determinantes profundos, evidentemente os de classe, mas também os de família, os psicanalíticos, as experiências existenciais de todos os tipos, e assim por diante.¹

*Uma introdução necessária*²

O que é exatamente escrever um memorial?

Etimologicamente, memorial se origina da palavra latina *memorales/memorialis*: “aquilo que faz lembrar”. Mas lembrar o que exatamente? Claro que não é imperativo “lembrar” todos os momentos do percurso, pois se trata, antes de mais nada, de dar um sentido ao percurso, sentido que, muitas vezes, não existia na realidade do vivido, pois cada passo, cada alternativa foi um salto no desconhecido... Cada um de nós, quando olha para trás e pensa sua trajetória, pode reconstituir a lógica e a conexão entre suas escolhas – mas para quem olha de fora, nem sempre há alguma coerência ou clareza. Portanto, escrever um memorial é, antes de qualquer outra coisa, tentar convencer os outros não só da existência de uma razão, um sentido, mas também de uma clareza intrínseca nas escolhas. Entretanto, isso pouco ajuda se a indagação incidir a partir de qual ponto se deve remeter a memória! Dito isto, me pergunto: qual deve ser, afinal, o ponto de partida de um memorial: o doutorado, o mestrado? É bem possível que se diga que o ponto de partida deve ser o momento em que se inicia a trajetória de pesquisador. Mas o problema persiste: enfim, qual é o marco zero que dá início a uma trajetória de pesquisa? O ponto de partida deve ser, ao que tudo indica, uma escolha que pareça significativa ao autor.

Embora pareça desnecessário, é importante registrar que tanto o texto de um memorial como seu autor são históricos. O autor, com seus questionamentos, pressupostos e dúvidas, e o memorial que escreve, é fruto do seu tempo e das condições sociais em que está inserido. Não é possível escapar dessa condicionante, mas é possível lidar, de maneira consciente e racional, com suas implicações. Com isso não pretendo me

¹ Jameson, Fredric. A permanência do marxismo – debate com Paulo Arantes e Roberto Schwarz. *Folha de São Paulo*, 23 de agosto de 1992, p. 6, *Mais*.

² O presente memorial reconstitui, de modo sucinto, a formação acadêmica e a trajetória profissional do autor na condição de professor e pesquisador. O texto foi organizado em resolução normativa nº 114/2017/cun, de 14 de novembro de 2017, que fixa os requisitos para a ascensão funcional à classe de Professor Titular de Carreira da Universidade Federal de Santa Catarina.

filiar a nenhum positivismo ingênuo que crê que a ciência se reduza à mera constatação de fatos, mas também quero demarcar minha distância de todos os relativismos pós-modernos que equiparam fato e representação, realidade e discurso. Meu ponto de partida é que o objeto do conhecimento histórico são evidências que *existiram realmente*. Mas que só se tornam conhecidas através dos métodos históricos (destarte, esse memorial fala do real, de forma racional e da construção do sentido de uma trajetória). O conhecimento histórico é *provisório, incompleto, seletivo, limitado e definido* pelas perguntas feitas pelo historiador à evidencia empírica, e pelos conceitos que informam essas perguntas (de modo que, redigido em outro momento e circunstância, possivelmente os temas abordados, o tom e as ênfases seriam outros, mas não por isso menos reais ou verdadeiros).³

Como qualquer discussão sobre processos históricos, este memorial está ligado a um momento subjetivo (e, obviamente, objeto) do seu autor, que se expressa na sua composição e nas ponderações acerca dos eventos que se apresentam e, sobretudo, nas conclusões que deles se desdobram. Em resumo, este memorial, escrito por um historiador, se ocupa tanto da condição da pessoa retratada, quanto, e talvez até mais, do processo histórico que informou, moldou e orientou suas escolhas pessoais. Não seria possível entender as escolhas, as rupturas, as contingências da vida sem esclarecer as circunstâncias, *stricto sensu*, do curso dessa vida, pois somente nele aquilo que se pode chamar de desenvolvimento intelectual faz algum sentido, pois é impossível separar a pessoa das condições em que ela atua.

Contudo, não se pode perder de vista uma máxima freudiana que sugere mais ou menos o seguinte: cada um é sempre o pior juiz de si mesmo. Ou melhor, talvez tenha sido o Padre Antonio Vieira que tenha inspirado Freud ao dizer: “ninguém há tão reto juiz de si mesmo que, ou diga o que é, ou seja o que diz.”⁴ Em resumo, escrever um memorial é, no fundo, fazer um juízo de si próprio. Mais do que isso, é registrar, sobretudo, o *curriculum vitae*, as possíveis vitórias e os acertos de uma trajetória e, ironicamente, apagar o que Leandro Konder chamou, com fina ironia, de *curriculum mortis*, no qual estariam arrolados os fracassos, os erros, as hesitações etc... Como aqui, ao que tudo indica, não é o lugar para estes, insisto ao menos no seu registro, porque estes seriam

³ Thompson, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1981, p. 49/50.

⁴ Sermão da terceira domingo do advento. In Bosi, Alfredo (org.) *Essencial Antonio Vieira*. São Paulo. Cia das Letras, 2010, p. 260.

muito mais tangíveis que aqueles, além de certamente mais volumosos, talvez até mesmo mais honestos.

A epígrafe que abre este memorial não é fortuita. “...o compromisso ideológico não é apenas uma questão de opção ou persuasão puramente racionais, mas tem todo tipo de determinantes profundos, evidentemente os de classe, mas também os de família, os psicanalíticos, as experiências existenciais de todos os tipos...” O início do caminho determina não apenas as escolhas, mas também o ritmo da caminhada e, se não nos esquecermos dele (e, no meu caso, não preciso de nenhum esforço especial para me lembrar, já que ele está entranhado em mim), o ponto de chegada também estará impregnado das marcas do início. Nenhuma escolha foi aleatória, nenhuma opção acidental... Assim, seria desnecessário registrar que minha trajetória como pesquisador, bem como os problemas que a informam surgiram muito antes da universidade. Ela, aliás, aparece como um dos lugares nos quais foi possível buscar resposta às perguntas que se constituíram muito antes. O ponto de partida foi o momento em que percebi a desigualdade e a divisão social que dela deriva.⁵

Cresci no Parque São Lucas, um bairro tipicamente operário na zona leste da cidade de São Paulo. Como outros bairros operários da cidade, o Parque São Lucas se ampliara depois da II Guerra Mundial, com a chegada dos migrantes mineiros (no caso da minha família), baianos, cearenses, alagoanos e muitos outros, além dos inúmeros moradores provenientes do interior do estado de São Paulo; havia também, em menor número, famílias de imigrantes, em geral, instaladas no bairro antes da década de 1950: várias famílias japonesas; algumas famílias palestinas (lembro que, em outubro de 1973, a família de um colega de escola enviou seu filho mais velho ao Oriente Médio para lutar na guerra do *Yom Kippur*. Essa atitude foi, para mim, inesplicável e indesculpável! Num certo sentido, marcou o fim da minha inocência); sírios e libaneses, que eram proprietários de pequenas lojas na principal avenida do bairro; além portugueses, espanhóis e “húngareses” – o nome genérico para os imigrantes, em geral loiros, oriundos da Europa central: húngaros, lituanos, russos, poloneses etc.

Crescer naquele bairro era certamente uma experiência multicultural. E o que proporcionava a unidade entre todas aquelas diferenças era o fato de que a grande maioria dos moradores ser composta por operários fabris – dentre eles meu pai. Além dos

⁵ O trecho a seguir foi inspirado no prefácio que escrevi para o livro Dantas, Jéferson (et al) *A modernidade no pensamento de Paulo Meksenas*. Ed. Insular. Florianópolis, 2015. Sobre a trajetória do meu amigo, companheiro de partido, infelizmente, falecido muito antes da hora....

operários fabris, havia feirantes, taxistas, pedreiros, ambulantes, funcionários públicos e alguns poucos comerciantes. A experiência fabril, e o que se poderia chamar de *cultura operária*, moldou as sociabilidades e os afetos dos jovens que ali cresceram na década de 1970, e estes acabavam por conservar, “em considerável medida, a noção de constituírem o seu próprio grupo, e isto sem que necessariamente [estivesse] implicado um sentimento de inferioridade ou orgulho; antes [sentiam] que são “proletariado” nas coisas que admiram e nas que lhes desagradam”.⁶

O ano de 1978 foi, sob vários aspectos, decisivo para mim. Primeiro, porque muitos dos moradores do bairro estiveram diretamente envolvidos nas grandes greves do ABC, e mesmo os que não tiveram envolvimento direto intuía que a “realidade cedia sob os seus pés”, e que tudo o que parecia sólido se desmanchava no ar. Nesse contexto, o sentimento de pertencimento foi marcado também por um grande orgulho e por um imenso desejo de transformação das condições de vida. Era como se uma grande onda de esperança e uma forte e positiva vontade de ação tivessem, repentinamente, “contaminado” a todos.

Muitas vezes eu me pergunto se os mais velhos percebiam que aquilo que, para nós os jovens, era a explosão de uma nova forma de participação política – uma verdadeira janela para a cidadania e para o mundo adulto da política – tinha sido gestado ao longo dos anos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas Associações de Moradores. Para mim, isso só ficou evidente muitos anos depois, já que eu não tivera vínculo algum com a igreja ou com a associação. Quanto mais a realidade cedia sob nossos pés e mais intensamente os movimentos grevistas pediam escolhas, mais cresciam as fissuras entre os moradores. A ação política e a fundação de núcleo de base do Partido de Trabalhadores (PT) foi o caminho daqueles que responderam favoravelmente às exigências do momento político e social. Ainda me recordo vivamente de um texto que me marcou naqueles anos:

Odeio os indiferentes. (...) acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. (...) A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos

⁶ Hoggarth, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa. Editorial Presença, 1973, vol. 1, p. 23.

mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se revolta contra a inteligência e a sufoca...⁷

Criava-se o núcleo de base do PT do Parque São Lucas, unindo uma maioria vinda da experiência das CEBs, vários grupos dispersos de estudantes secundaristas, donas de casa, operários, comerciantes, entre outros. Muitos, como eu, tiveram sua primeira experiência eleitoral no pleito para o governo do estado de São Paulo, em 1982. Foi nesse contexto que o bairro (e suas diferenças), a cidade (e suas contradições) e o país (e suas desigualdades) pareceram ter emergido para mim como um enigma a ser desvendado, alimentando uma profunda vontade de compreensão do mundo ao redor, aliado a um enorme desejo de mudança, de transformação, de reinvenção: sobretudo, um desejo de igualdade, justiça, liberdade e democracia.

Esses foram anos de politização intensa e experimentação aberta, de descobertas e de dúvidas. Foi o tempo da aproximação orgânica entre movimentos sociais e os anseios populares. Da união entre comunidades de base, o novo sindicalismo, os intelectuais que retornavam do exílio, os estudantes, os professores, os presos políticos, os cassados, os escritores e os artistas. Em resumo, começou a existir o partido dos que acreditavam como no *slogan* daquela campanha ao governo do estado de 1982: “vote num brasileiro igualzinho a você”. Foi uma experiência visceral de democracia participativa, na qual tudo estava em discussão, tudo entrava em votação. Um tempo que, infelizmente, se foi. E suas promessas, desafortunadamente, apenas em parte se cumpriram.

Entretanto, essas experiências deixaram a certeza de que antes da ação era necessária, era vital, a compreensão. Antes de agir, era necessário entender os problemas: pensar e refletir. Era o momento de dar um passo atrás: se os filósofos vinham tentando mudar o mundo, tratava-se, ao menos no meu caso, de conhecê-lo primeiro. Nesse contexto, ficavam cada vez mais evidentes as minhas limitações de formação – desdobramentos de uma escola pública arrasada pela ditadura militar. O processo de autoeducação foi então se tornando vital, em termos pessoais, mas também coletivos, desdobrando-se em ação política menos voluntarista e mais comedida e refletida. Ficava cada vez mais claro que apenas a boa vontade não superaria as limitações objetivas de uma formação deficiente, que vontade não significava capacidade e que o simples desejo de mudança não transformaria nada à nossa volta se não fosse acompanhado pela nossa capacidade de debater, argumentar e convencer. Querer não era poder!

⁷ Gramsci, Antonio. *Os indiferentes*. La Città Futura, 11-2-1917.

Dessa forma, a educação e a nossa própria formação intelectual e política tornaram-se decisivas para o que éramos e, sobretudo, para o que queríamos ser. Ficava cada vez mais evidente para todos nós que não existia produção de conhecimento como atividade desinteressada; a neutralidade, nesse caso, como quase sempre, aliás, é uma falácia. A cada dia ficavam mais patentes meus déficits educacionais. A falta de atividades culturais no bairro e as escolas de qualidade sofrível tornavam-se mais evidentes quanto maiores eram os desafios aos quais nos propúnhamos. Poucos de nós tinham a sorte de ter na família um leitor regular que pudesse atenuar nossas limitações com alguma orientação sobre livros e sugestões de leitura.

As frustrações na tentativa de criar um curso de alfabetização para adultos, inspirado no método de Paulo Freire, levaram vários de nós a aspirar à entrada na universidade como caminho necessário para incrementar nossa formação e nossa ação política. Talvez venha daí minha preocupação com educação e cultura: no fundo, um grande esforço para superar os limites de minha formação precária e transpor as barreiras que impediam meu entendimento da cidade e do que ela oferecia ou podia oferecer. Para a maioria dos jovens moradores daquele bairro periférico, a universidade era algo muito distante, mesmo fisicamente. A Universidade de São Paulo, a única universidade pública parecia inacessível, ficava do outro lado da cidade, na zona oeste. Muitos de nós sequer havíamos chegado perto da Cidade Universitária no bairro do Butantã.

A universidade, sobretudo a pública, portanto, não era para nós um caminho natural ou o desdobramento lógico de uma experiência familiar na qual ela emergia como parte integrante da vida. De modo geral, para nós, jovens vindos da periferia operária da cidade, a universidade era o ponto fora da curva. Um espaço social ao mesmo tempo desejado e temido. Um lugar no qual não nos sentíamos em casa. Mas era lá que se descortinava um mundo de possibilidades novas, desafios e experiências.

Quando retomo essa reflexão é *Judas, o obscuro*, livro de Thomas Hardy, publicado em 1895, que me vem à mente. Judas era um trabalhador manual em uma pedreira, mas seu sonho era estudar, ir para a universidade. Aprendeu a ler sozinho e devorava livros, tornou-se um homem culto e informado. Mas isso não abriu para ele as portas do novo mundo que ele tanto desejou:

Um simples muro o separava daqueles jovens e felizes contemporâneos cujas aspirações compartilhava: homens que, da manhã à noite, não tinham outra coisa para fazer senão ler, observar, aprender e assimilar. Unicamente um muro - mas que muro!⁸

⁸ Hardy, Thomas. *Judas, o obscuro*. Trad. Octávio de Faria. São Paulo. Geração editorial, 1994, p. 72.

O efeito contraditório da sua busca foi afastá-lo de muitos dos seus companheiros, que não compartilhavam de suas aspirações e não as entendiam; contudo, Judas nunca se tornou parte do outro mundo que tanto desejou. Ele passou grande parte da vida numa espécie de limbo, na obscuridade. Nem lá, nem cá!

GRADUAÇÃO

Com todas estas deficiências de formação não foi tarefa fácil entrar na universidade pública, mas ela era a única alternativa, dada a total impossibilidade de pagar um curso superior. A Universidade de São Paulo e o Departamento de História eram lugares muito estimulantes para o debate, sobretudo fora das salas de aula. No curso noturno, havia uma grande quantidade de estudantes com origem social e interesses semelhantes aos meus. Hoje, analisando em retrospectiva, percebo aqueles anos de graduação (1984/1988) como um momento em que a área de história passava por transformações importantes. Na Universidade de São Paulo destacavam-se os impactos produzidos pela chamada terceira geração da escola dos *Annales*: George Dubby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, François Furet, Jean Delumeau, Michel Vovelle etc. Mas havia ainda um pequeno núcleo de professores com formação e referenciais marxistas – mas era um núcleo declinante, sobretudo porque os novos professores do curso estavam distantes dessa tradição – o que era um aspecto positivo da graduação, pois havia várias perspectivas teóricas em atuação no Departamento de História. Talvez por isso fosse também um momento de certo ecletismo em que se podia combinar Marx e Foucault, por exemplo. Para ser honesto, essa constatação só me parece possível hoje, porque, quando vivido, o tempo sempre nos parece mais estável do que de fato é. É estranho como, muitas vezes, pensamos o tempo da nossa própria vida como um tempo linear e homogêneo, como diria Walter Benjamin. Nada mais enganoso. Talvez demore um pouco até que sejamos capazes de pensar o tempo da nossa própria vida como um tempo de profundas transformações que se expressam no nosso próprio corpo, mas que carregam as mudanças da sociedade e do mundo. Talvez seja isso o que Carlos Drummond de Andrade tentou dizer quando escreveu: “os ombros suportam o mundo”. Parece óbvio, hoje, que sempre estejamos mergulhados em tempos de transição, em tempos de movimento, e que todas as nossas escolhas e opções estejam sempre se alterando; mas lá, naqueles anos, o mundo parecia mais estável e o tempo mais homogêneo e linear.

Mesmo que a minha trajetória posterior tenha me levado para a sociologia, penso que meus anos de formação foram, definitivamente, para o bem e para mal, os anos da graduação em história. Lembro-me de dois grandes debates que marcaram minha formação e que, hoje, me parecem localizados há séculos de distância: 1) os debates sobre o tema da transição do feudalismo ao capitalismo. A primeira vez que me dei conta dele, com seus diversos textos (que naquele tempo me pareciam bem difíceis) foi numa disciplina de história moderna com o professor José Jobson de Andrade Arruda. Depois reencontrei o debate nas aulas do professor Fernando Novais. Confesso que compreendi pouco do seu significado, suas sutilezas e suas desavenças historiográficas, mas ficou-me uma certeza: tudo o que se discutia ali dizia respeito, no fundo, às possibilidades de transição para uma sociedade socialista. Assim, a principal lição que me ficou foi a de que sempre, mesmo quando o negamos, os historiadores partimos do tempo presente e a ele retornamos. 2) os debates sobre o sentido da colonização. Esse foi um tema que atravessou as disciplinas de História Moderna, Brasil Colonial, Brasil Império, História da América Latina, História Contemporânea. O que estava em foco nesse debate, penso eu, era a relação entre centro e periferia na formação do capitalismo, o sentido geral da dependência econômica no mundo moderno e contemporâneo, e qual o lugar específico do Brasil nesse sistema mundial. O que me marcou decisivamente no contato com esses debates foi a percepção de que seria impossível pensar o Brasil, ou qualquer tema de história do Brasil, em desconexão com o mundo do qual ele era parte. Afinal, “história é sempre uma história mundial e que as histórias particulares vivem tão somente no quadro da história mundial”⁹

Não foram apenas esses os debates historiográficos importantes com os quais tive contato, mas certamente foram os que marcaram minha graduação. Mas gostaria de registrar, por fim, que não foi fácil trabalhar oito horas por dia e estudar à noite tendo que, todos os dias, atravessar a cidade de São Paulo, numa época em que as linhas de metrô eram ainda mais reduzidas do que hoje: ônibus lotados subindo a rua da Consolação e descendo a avenida Rebouças, todo santo dia sacolejando depois de uma longa jornada de trabalho... Quatro anos! A cidade era e sempre foi um problema a ser superado, um enigma a ser desvendado. A cidade não era para todos! Talvez venha daí minha inquietação para entender a cidade, suas proibições, limites e interdições.

⁹ Gramsci, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, p. 170

MESTRADO

“A filosofia de uma época não é a filosofia de um ou de outro filósofo, de um ou de outro grupo de intelectuais (...) a filosofia de uma época não é senão a história dessa época”¹⁰

Terminada a graduação, no segundo semestre de 1988, eu tinha acumulado uma imensa lista de livros e artigos que não conseguira ler nos últimos quatro anos, e o único plano que tinha naquele momento era me tornar professor nas escolas públicas de periferia de onde eu vinha, além de ocupar meu tempo lendo os livros e artigos da lista – que o tempo só fez crescer. A pós-graduação simplesmente não fazia parte do meu horizonte de expectativas. Sentia-me completamente despreparado para fazer uma pesquisa. Também me sentia muito despreparado para ser professor. A universidade tinha me dado muitas experiências, novas amizades, mas mais dúvidas do que certezas e a intensa sensação de que minha ignorância, na verdade, aumentara.

Passados trinta anos, tenho a convicção de que estava mesmo despreparado para as duas coisas: aula e pesquisa. Mas o pior de tudo foi não ter sido preparado, durante os anos na universidade, para entender e enfrentar a verdadeira miséria material e intelectual que era a escola pública na cidade de São Paulo. Até hoje não consigo responder se o nível de degradação que encontrei já era comum no meu tempo de estudante (1969/1979), ou se havia se produzido depois que já estava fora dos bancos escolares. Suspeito que a escola pública, nos bairros periféricos e operários da cidade de São Paulo, fosse ruim desde meados dos anos sessenta – talvez um efeito colateral da ditadura civil-militar – mas a questão é que em 1988 percebi rapidamente duas coisas acerca do funcionamento da escola: primeiro, aquele não era um ambiente propício ao ensino ou à aprendizagem porque na sua grande maioria os estudantes do curso noturno, no qual eu lecionava, iam à escola pela vida social que ela lhes propiciava. Em bairros onde não havia qualquer forma de lazer, nem sequer praças públicas, para os estudantes, em geral também trabalhadores, a alma da escola era a sociabilidade que ela oferecia – e o acesso às quadras de esportes. Raras eram as pessoas, estudantes ou professores, que enxergavam a escola como possibilidade de transformação das suas próprias vidas, mesmo que possibilidade remota – talvez eles fossem mais realistas do que eu. Pior do que isso, produzia-se uma relação entre estudantes e professores que era explicitamente conflituosa, porque os

¹⁰ Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1: a filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999, §17, p. 325/326.

objetivos e finalidades de uns e outros eram completamente opostos. Não havia entre professores e estudantes um mundo comum. Pode parecer exagero dizer isso, mas o clima geral na escola era de uma verdadeira guerra, na qual não havia a menor possibilidade de vitória ou de armistício, só a derrota aparecia no horizonte. A vitória de um lado era a expressão da derrota – e humilhação – do outro. Não é difícil imaginar o quão deprimente era o ambiente das salas de professores, em que os temas predominantes eram as estratégias para controlar, derrotar e muitas vezes “expulsar” os estudantes da escola, um lugar onde a evasão escolar era muitas vezes celebrada. Eram comuns os comentários sobre estudantes portando armas brancas ou armas de fogo, ou sobre as agressões sofridas pelos professores.

De minha parte, e é importante frisar isso, nunca vi um estudante armado nas escolas onde lecionei e nunca fui agredido ou destrutado por nenhum deles. Por isso, sempre duvidei do diagnóstico que ouvia na sala dos professores. Mas o ambiente geral daquelas escolas noturnas de periferia era devastador. A consequência é que me senti profundamente derrotado no meu projeto de ser professor e, pior, me sentia emburrecendo e embrutecendo a cada dia. Além disso, eu trabalhava oito horas por dia na prefeitura de São Paulo como escriturário – um emprego que se iniciara no ano do meu ingresso na graduação em história. Um emprego tedioso, mas que me garantia a sobrevivência. Pensando no futuro, eu temia que, mais cedo ou mais tarde, estaria como meus colegas professores, armado até os dentes para a guerra cotidiana contra os estudantes e profundamente desestimulado. Foi por não ter forças para lidar com essa realidade, por não enxergar alternativas e por não ter expectativas de que as coisas fossem melhorar que a pós-graduação começou a se desenhar no meu horizonte como uma opção. Foi, portanto, nesse contexto e como desdobramento dessa experiência que redigi meu projeto de pesquisa no mestrado, cujo tema era trabalho e trabalhadores no Estado Novo.

Não é necessário nenhum esforço psicanalítico para conectar esse tema de pesquisa à minha experiência de vida. Afinal, meu nascimento cívico e político havia se dado por meio dos movimentos grevistas no ABC em 1978, 1979 e 1980. Como sugeriu um pesquisador, o “mundo cedeu sob nossos pés”, e para mim ficou uma pergunta crucial: como, nos anos de ditadura, fora possível gestar um movimento popular tão vigoroso que eclodiu na cena pública de forma tão inesperada naquelas greves? Pensando no imediato pós-guerra, aprendi que os anos de 1945/1947 foram os anos de maior onda grevista na história do Brasil desde a década de 1910. Ali, portanto, me parecia existir um paralelo no qual poderia encontrar uma explicação do que eu próprio vivenciara. A universidade,

novamente, se revelava como o caminho para a superação da minha própria ignorância e para a compreensão do mundo em que eu vivia, além de uma tábua de salvação contra a miséria da escola pública.

Ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo em agosto de 1989, sob orientação do professor Carlos Alberto Vesentini. Infelizmente, um semestre depois, meu orientador entrou para as estatísticas das vítimas da síndrome da imunodeficiência adquirida. Foi muito triste perder um jovem professor, uma das pessoas mais inteligentes e dedicadas que encontrei nos anos de graduação e um dos leitores mais argutos que conheci, além de ter uma origem social semelhante à minha o que foi motivo de empatia imediata. No início de 1990, eu tinha uma vaga no programa de pós-graduação, mas não tinha orientador. Naquele mesmo semestre, soube que estava voltando de Londres, onde fora orientada pelo professor Eric Hobsbawm, a professora do Departamento de Sociologia, Maria Célia Paoli, com a qual eu pretendia cursar uma disciplina. Assim, me transferi da história para a sociologia. Mas o projeto de pesquisa se manteve: estudar o mundo do trabalho durante os anos do Estado Novo para entender como, naquele período, se gestaram experiências que eclodiram na cena pública com o fim da ditadura.

Meu problema no mestrado era como e onde estudar as experiências dos trabalhadores durante o período da ditadura do Estado Novo, se os jornais estavam sob censura, se os partidos políticos eram proibidos e se os sindicatos eram todos controlados pela estrutura construída em torno do Ministério do Trabalho. Nesse ponto, duas leituras foram fundamentais e, estranhamente, nenhuma delas relacionada a alguma disciplina acadêmica que eu cursara, mas a um grupo de estudos organizado com vários colegas de curso, no final da graduação: *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco; *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub. Com perspectivas teóricas e metodológicas distintas, ambos os autores trabalhavam com processos-criminais e foram capazes de problematizar as experiências cotidianas dos “de baixo” (seja no mundo do trabalho, seja nas relações familiares, seja nas condições de moradia, seja nas práticas de lazer). Ao estímulo da leitura dessas duas obras, acrescentou-se outra leitura fundamental para moldar minha percepção do significado dos processos-criminais, nesse momento decisivo: o livro *Morte em família*, da antropóloga Mariza Correia. Com esse estudo aprendi a olhar atentamente para os advogados, promotores, juízes e delegados, não como a expressão neutra da justiça, mas como partes de uma intrincada e complexa rede que deixava ver a sociedade, suas posições, preconceitos e contradições.

Talvez tenha sido a primeira vez em que pensei o teatro como uma metáfora para a política e para o funcionamento de instituições como a justiça.

Nessa mesma época havia outro livro muito importante problematizando processos-criminais: *Crime e Cotidiano em São Paulo* de Boris Fausto. Embora tenha aprendido muito com o professor Fausto, não gostei desse estudo por uma razão muito simples: logo no primeiro capítulo, ele sugere que a verdade de um crime está nas narrativas daqueles que estejam mais próximos do delito criminoso. Ao ler o primeiro processo-crime de minha vida, percebi o quanto era equivocada essa sugestão e reforcei a ideia de que não cabe ao historiador que lê processos-criminais sequer fazer a pergunta sobre a verdade do processo. Isso não nos interessa, o que nos importa são as versões, as narrativas, as justificativas e, sobretudo, as descrições das condições (cotidianas de vida, trabalho, lazer, moradia etc.) em que o crime aconteceu.

Com essas referências no horizonte, e depois de um longo percurso burocrático em que o juiz corregedor dos arquivos precisava renovar minha autorização de entrada a cada três meses, cheguei ao arquivo do judiciário. Passei nove meses visitando (copiando e anotando), duas a três vezes por semana, o arquivo, que naquele momento ficava próximo da Estação Imperatriz Leopoldina, no bairro da Água Branca. O lugar era espantosamente malcuidado – como depois aprendi ser comum aos arquivos públicos em geral, sobretudo no Brasil. Um espaço equivalente a vinte campos de futebol, com estantes de aço de quatro metros de altura, toneladas de poeira, traças, mofo e fungos. Felizmente, encontrei funcionários muito gentis e diligentes. Nunca consegui dizer a eles a importância que tiveram no meu trabalho.

Há poucas coisas tão prazerosas – mas tão perigosas – quanto um arquivo a ser descoberto. A universidade não nos prepara (o meu curso certamente não me preparou) para lidar com eles. Os primeiros meses são de pura distração: tudo parece importante, interessante, imprescindível, copia-se tudo, por horas a fio... O tempo e a experiência vão nos mostrando que não dá para copiar tudo, anotar tudo, considerar tudo... É preciso método.

Sem saber muito como lidar com aquela massa imensa de documentos, marquei uma conversa com o sempre atencioso e gentil professor Sidney Chalhoub na Universidade de Campinas, queria saber como ele trabalhara os seus próprios processos. Depois dessa conversa passei a organizar uma ficha com nome, endereço, profissão, cor, nomes das testemunhas, local do crime etc... Isso me permitia separar os crimes por região, ano, local do acontecimento, sexo, cor e profissão dos envolvidos e também

estabelecer a distância/proximidade de cada relato testemunhal. Depois de nove meses eu havia lido mais mil processos, dos quais transcrevi, aproximadamente, uns quinhentos – apenas me atendo aos remetidos ao primeiro tribunal do júri. Sobretudo, porque quando um processo chegava ao júri popular, ele apresentava vários relatos do criminoso – em geral prestados em momentos diferentes, com diferentes graus de intervenção dos seus advogados – além de apresentar os relatos das diversas testemunhas, também em diferentes momentos. De tal modo que emergiam várias versões para o crime. Além disso, os advogados, tantos os de acusação, quanto de defesa, construía suas estratégias sempre procurando apresentar os atenuantes ou agravantes: as condições de trabalho, moradia, a pobreza, a fome, loucura temporária, fragilidades emocionais, cognitivas etc... Portanto, era no cotejamento das diferentes versões da mesma testemunha, ou dos atenuantes elencados pelos advogados (bem como na versão construída pelos delegados de polícia ou pelos policiais), que eu ai construindo um quadro geral das condições de vida: trabalho, moradia, lazer e relações familiares dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Esses meses foram, de fato, minha primeira experiência com arquivos e foi muito gratificante.

Dessa primeira experiência de pesquisa resultou meu primeiro artigo publicado *Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões*.¹¹ Por sugestão da orientadora de mestrado, fiz uma espécie de exercício explorando as possibilidades da utilização das fontes criminais. Esse exercício lidava com o assassinato, cometido por um empregado doméstico, negro, contra sua patroa branca e de alta classe. O que me interessava, obviamente, não era o crime em si, tampouco imaginava encontrar alguma verdade; mas, sobretudo, me interessavam, como disse, eram os depoimentos, a descrição das condições de trabalho e de moradia dos envolvidos; suas opções de lazer, suas crenças, seus valores e suas esperanças; enfim, aquilo que se poderia resumir na noção Thompsoniana de *experiência*.

Nesse período, e mais uma vez distante da universidade (já que só tive contato com seus livros posteriormente), descobri a obra de Edward Palmer Thompson. E com ela e o que veio a se chamar a *historiografia marxista britânica* (Eric Hobsbawm, Rodney Hilton, Ralph Miliband, Christopher Hill, Paul Sweezy, Raphael Samuel, Perry Anderson, John Saville, o estadunidense Eugene Genovese e outros; bem como o crítico

¹¹ *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 4, n.1, p. 183-198, 1994. O título foi sugestão da professora Maria Célia Paoli, minha orientadora.

literário Raymond Williams e o economista, um pouco mais velho que os demais, Maurice Dobb), que passou a orientar minhas perguntas de pesquisa, bem como meu modo de pensar a disciplina a que me dedicava.¹²

Um segundo experimento com processos-crime, redigido na mesma ocasião do anterior, mas publicado três anos depois, foi um estudo sobre a Shindo-Remmei, *A criação do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no Estado Novo*.¹³ Eu nunca ouvira falar dessa organização, não havia livros ou estudos acadêmicos sobre ela no início dos anos 1990. A leitura de um processo-crime com um longo depoimento de um jovem *tokko-tai* (um suicida que cometia atentados contra os chamados derrotistas), me abriu um imenso campo de perguntas sobre a condição dos imigrantes, das minorias étnicas e, sobretudo, acerca da ideia da construção de uma nação una, indivisa e coesa que me pareceria ser o centro do projeto político estadonovista. Enfim, eu me deparava ali com aqueles que não cabiam no modelo autoritário de construção da nação. A questão que se desdobrou desse estudo foi: em que medida os mundos do trabalho e a classe trabalhadora cabiam plenamente no ideal do Estado Novo? A legislação de proteção ao trabalho reunida na CLT sugeria que sim, mas os processos-crime que eu lera colocavam muitas questões a essa lógica. *Inclusão* e *exclusão* são noções muito imprecisas, cuja tendência é a de simplificar as contradições sociais, imaginado que existam apenas dois lados estáveis, opostos e distintos: um lado de dentro e um lado de fora. Aos poucos foi aprendendo que as configurações sociais nunca são simples e que nada é exatamente o que parece, e que as posições são, muitas vezes, móveis. É sempre preciso desconfiar do que se lê, vê e ouve, procurar o que se esconde, quando se diz revelar; e o que de fato se revela nas dobras escondidas. Penso que esse é o âmago de uma leitura a contrapelo, uma “leitura satânica”, como sugere E. P. Thompson.

Em meio a essas questões, dois estudos foram fundamentais para ajudar a dar forma às descobertas que eu fazia com minhas fontes. Do primeiro, *O ardil totalitário*, retirei uma perspectiva ampla de quais seriam os adversários do projeto autoritário do

¹² Embora E. P. Thompson tenha sido um autor que descobri “por fora” da universidade; ou seja, não fui apresentado à sua obra em nenhuma disciplina, os historiadores marxistas britânicos foram decisivos para a compreensão de um debate que ainda era importante na universidade nos meus anos de graduação, mas que hoje parece estar a léguas de distância do que se debate nela: a importante discussão acerca da transição do feudalismo para o capitalismo. Certamente isso é um sinal dos tempos. Talvez porque hoje, como disse uma professora pensando no cinema produzido nos EUA, seja mais fácil pensar no fim do mundo, na extinção do planeta promovida por hordas de alienígenas, do que pensar na superação do capitalismo.

¹³ *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 129-146, 1997.

Estado Novo e por quais razões eles seriam assim considerados. Com o segundo, *Cidadania e justiça*, aprendi sobretudo a noção de uma cidadania regulada, na qual inclusão e exclusão estão no mesmo passo, no mesmo movimento, como partes inseparáveis de uma relação umbilical; e não como dois tópicos opostos um ao outro.¹⁴

O trabalho com processos-crime e as discussões sobre o Estado Novo deram origem ainda a alguns estudos: *Tempo livre, tempo de educar*¹⁵, um estudo centrado especificamente nas maneiras pelas quais se procurava intervir no lazer dos trabalhadores, tentando dirigir suas práticas para o que se considerava adequado, sadio e, claro, produtivo.

E *Moralidade pública e cidadania: a educação nos 30 e 40*¹⁶ resultava do encontro do estudo dos processos-crime com a leitura do importante livro *Tempos de Capanema*, organizado por Simon Schwartzman,¹⁷ resultado da abertura dos arquivos de Gustavo Capanema. Nesse artigo, procurava refletir sobre os mecanismos de mobilização popular, mobilização de massas, imaginado, mas nunca postos em prática pelo Estado Novo, e suas relações tanto com a idealização do lazer, quanto com os modelos de educação para os trabalhadores, sobretudo inspirados no nazismo e no fascismo.

Um último desdobramento da dissertação apareceu apenas em 2004, foi o capítulo da coleção *São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade*¹⁸, redigido em pareceria com minha orientadora de mestrado. Nesse artigo, procuramos articular o que chamávamos de *práticas populares de sociabilidade* como matrizes do que Jürgen Habermas denominava de *esfera pública plebeia*, percorrendo os decênios de 1920, 1930 e 1940.

O mestrado foi, de fato, minha primeira experiência de pesquisa. Nesse período, aprendi que é justamente quando a situação política parece calma, controlada e tranquila na sociedade é que tudo está, subterraneamente, fervilhando. Sobretudo se levamos em conta que, no final do Estado Novo, assistimos à maior onda grevista da história do Brasil desde os anos de 1917/1919. Por um lado, a pesquisa me ajudou a compreender como se

¹⁴ Dutra, Eliana. *O Ardil Totalitário: ou a dupla face na construção do Estado Novo*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, mimeo, 1990. Santos, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Campos, 1979.

¹⁵ "Tempo livre: tempo de educar". *Revista Fronteiras*. Florianópolis, v. 6, n.6, p. 63-78, 1998.

¹⁶ "Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40". *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 73, n.73, p. 165-181, 2000.

¹⁷ Schwartzman, Simon. (et alli) *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Edusp, 1984.

¹⁸ "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade" In: Paula Porta. (Org.). *História da Cidade de São Paulo: A Cidade na Primeira Metade do Século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 53-98.

podiam ter gestado, mesmo num período ditatorial, as relações e as consciências que deram forma à ação sindical e, sobretudo, às redes de apoio nos bairros em que ela suscitava. Eu saía dos anos do mestrado com uma maior clareza para entender a onda grevista de 1978/1980 e o mundo no qual minha adolescência se forjara. Embora os dois períodos pudessem ser comparados – ao menos eu acreditava que podiam ser – aprendera (com E. P. Thompson) uma lição fundamental que ainda hoje é meu norte de reflexão: “história é a disciplina do contexto e do processo”. De modo que não poderia estabelecer relações de causalidade simples, ou mecânica, das experiências vividas durante o Estado Novo, as ações grevistas e a organização que se forjara nos anos posteriores. Aqui a noção de *mediação* era fundamental, a história social precisa, sobretudo, conectar os aspectos a que ela se refere – política, cultura e economia. *Mediação* é a referência fundamental para dar sentido àquelas práticas e produzir uma compreensão totalizante do social.

Essas foram as bases para a construção de minha dissertação de mestrado: *Cidadania e exclusão, Brasil 1937/1945*, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em agosto de 1995.¹⁹ Nesse estudo, ficou claro para mim que o do Estado Novo se configurava, sobretudo, para limitar o que poderia chamar *direitos de cidadania*:

"É que o trabalho aparece como alvo e para ele a memória fala. E o faz continuamente. E no mesmo movimento o exclui de forma arrasadora. Como organização independente, lutas travadas, sujeito concreto, possibilidades tentadas, o trabalho (trabalhadores concretos, claro) - na própria memória a ele dirigida - fica fora dos fatos e da ordem do tempo. Mas não sem mais uma armadilha: é-lhe deixada a possibilidade de inscrever-se nesse tempo através da chance de ligar-se fragmentariamente à realização do fato ou de sua obra."²⁰

Nessa perspectiva, ou os trabalhadores apareciam como enunciava o discurso oficial, circunscritos ao campo no qual lhes era permitido falar, ou simplesmente não adquiriam visibilidade pública. Apesar disso, a força do *fato* outubro de 1937 projeta sobre nós as suas sombras, mostrando o êxito da disseminação da sua obra e sua imensa força ao redefinir o conjunto da nossa temporalidade. Problematizar as vivências

¹⁹ A banca de defesa contou com a participação da professora Maria Helena Rolim Capelato e do professor Alcir Lenharo. A dissertação foi transformada em livro em 1999 e publicada pela editora da Universidade Federal de Santa Catarina com o mesmo título: *Cidadania e exclusão, Brasil, 1937/1945*. Florianópolis. Edufsc, 1999.

²⁰ Vesentini, Carlos Alberto. A Instauração da Temporalidade e a (Re) Fundação na História: 1937 e 1930. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº 87, Out/Dez 1986, p. 121. Ver Também: *A Teia do Fato*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1982. Por memória histórica o autor entende a presença constante da memória do vencedor nos textos e considerações que se fazem acerca da História. De modo que pensar a memória histórica é pensar os caminhos percorridos por essa presença.

populares e desenredar os meandros da memória histórica, me levou a pensar a própria constituição da modernidade brasileira e a condição das “classes populares” nesse projeto de modernização, que implicou não apenas o desenvolvimento urbano e industrial, mas principalmente, a passagem de uma sociedade com espaço público ínfimo e uma noção de direitos de cidadania restrita à posse econômica e ao exercício da política – portanto, restrita às elites – para uma noção ampliada (mas simultaneamente restrita) de direitos.

Destarte, o que o Estado Novo encetou foi a admissão subordinada das classes populares à cidadania e a sua inserção na esfera pública como condição para o desenvolvimento industrial e urbano, para a modernização. Se na primeira República os trabalhadores estavam confinados a um espaço público mais limitado e a direitos de cidadania muito restritos; no Estado Novo eles foram amplamente incluídos. A novidade do regime autoritário estava justamente nessa ampliação da esfera pública na qual os trabalhadores, pelo menos os trabalhadores urbanos, passaram a ser vistos como cidadãos. Com o Estado Novo, eles passaram, de fato, a fazer parte da nação, efetivamente integrados à construção do Estado Nacional. Entretanto, essa incorporação ao ser realizada de modo autoritário, normatizou, modelou e disciplinou as relações de trabalho e, por extensão, os contornos da própria noção de cidadania, evidenciando que a consolidação dos direitos de cidadania estava restrita às determinações do poder. Em resumo: incorporação e restrição eram as duas faces do mesmo movimento histórico.

O título da dissertação: *Cidadania e Exclusão* expressava com grande concisão essa contradição que me parecia central para entender o Estado Novo, mas também para compreender o país e a cidade em que eu vivia. Cidadania remetia ao amplo conjunto de demandas populares que encontrei nos processos criminais: moradia digna, salubre a preços compatíveis com os ganhos salariais; trabalho regular que evitasse a superexploração; educação, desde creches a escolas públicas, de qualidade e para todos; por fim, nem por isso menos importante, lazer que facultasse as possibilidades de uma sociabilidade que, na experiência popular, emergia dos processos-crime como central. E esse conjunto de demandas me parecia caber bem na noção ampla compreendida pelo substantivo **cidadania**. Em conjunto, essas demandas davam sentido à experiência de vida urbana, aos anseios populares (que não colocavam no seu horizonte de expectativas nenhuma transformação radical da vida; tampouco, qualquer mudança revolucionária)

por maior igualdade de condições, por maior acesso a serviços públicos, por uma noção popular de justiça, uma “economia moral” emanada de suas práticas concretas.²¹

Por outro lado, o substantivo **exclusão** remetia à continuidade dos obstáculos estruturais para a realização desse mundo comum da cidadania. Não se tratava simplesmente de a existência de um obstaculizar a realização do outro, mas da convivência de ambos numa simbiose trágica. Talvez uma versão moderna do nosso arcaísmo como projeto nacional e social. Cidadania “e” exclusão não foram usados como termos antagônicos, mas como expressões de uma lógica complementar que exclui dos direitos de cidadania parcelas expressivas da população, ao mesmo tempo em que inclui, de modo subordinado e controlado, essas mesmas parcelas. Inclusão e exclusão não surgiam como termos definitivos, mas como expressão de uma cidadania regulada, controlada, seletiva e, sobretudo anticidadã.

Talvez não seja necessário dizer que minhas escolhas e opções estavam também profundamente sintonizadas com os debates historiográficos brasileiros. Se as minhas referências teóricas eram sobretudo os historiadores britânicos, meus debates estavam em sintonia com o que outros historiadores brasileiros produziam. Em primeiro lugar, me marcou muito o debate sobre o movimento de 1930 (não Revolução de 30), promovidos pelos professores Edgar De Decca e Carlos Alberto Vesentini.²² Esse debate para mim foi seminal; primeiro, ele me abriu os olhos para a armadilha da memória histórica e me mostrou que muito do que fazemos, pensando fazer história, é, no fundo, referendar a memória dos vencedores. Segundo, com esse texto e com as respectivas teses de ambos os autores, aprendi a pensar a história em chave inspirada em Walter Benjamin, como o condicional (como o conjunto dos conflitos jogados num tempo e espaço específicos, sempre abertos ao futuro), e não como a sequência linear de eventos encadeados pela narrativa do vencedor. Essas duas referências me abriram novas possibilidades para pensar o Estado Novo, não como desdobramento natural e lógico do período anterior, nem como o vetor de forças a orientar aspectos necessários do futuro.

²¹ Sousa Jr. José Geraldo de e Aguiar, Roberto (org.). *Introdução crítica ao direito*. Universidade de Brasília, 1993, Vol. I. E *Introdução crítica ao direito do trabalho*. Universidade de Brasília, 1993, Vol. II. Série O direito achado na rua.

²² Vesentini, C. A. e Decca, Edgar de. A revolução do vencedor. *Contraponto*. Rio de Janeiro. Nº 1, novembro de 1976.

DOCTORADO

“Falei-vos de um mundo e de uma vida que, nas suas linhas principais, são sempre iguais; o trabalho do homem não é interessante, a mulher passa anos a fazer contas para esticar o dinheiro, e a maioria das pessoas não concebem que esse padrão de vida possa ou deva mudar. De uma maneira geral, parecem dizer-nos, não somos nós os grandes homens desse mundo; a nossa vida é desprovida de esplendor e de atos heroicos e as nossas tragédias não são do gênero retumbante e retórico. [Contudo] Quanto mais atentamente consideramos a vida das classes proletárias, e tentamos compreender o que há de essencial nas atitudes que assumem, mais nos salta à vista que esse elemento essencial consiste num sentido do pessoal, do concreto, do local: daí a importância das ideias de família de bairro”.²³

Terminada a dissertação, algumas questões me pareciam inda não respondidas. Se, por um lado, ficava claro que os momentos de aparente calma política e social eram, na verdade, de intensa gestação de experiências comunitárias; por outro, era preciso explicar por que apenas em circunstâncias específicas essas experiências comunitárias vêm à tona. Assim, me pareceu natural continuar o estudo iniciado no mestrado investigando o período subsequente ao fim da ditadura do Estado Novo. Se eu entendia, ao menos em parte, a gestação das experiências, agora era preciso dar o passo seguinte e ligar as experiências vividas com as organizações na sociedade.

Eu encontrara indícios, durante a pesquisa do mestrado que, durante a ditadura do Estado Novo, com jornais e sindicatos sob controle, as experiências organizativas dos trabalhadores tinham se deslocado para as associações comunitárias e culturais de bairro – essa suspeita precisava ser investigado. Entretanto, isso não explicava porque essas organizações tivessem adquirido tal centralidade com o fim do controle policial sobre os jornais, ou ministerial sobre os sindicatos. Assim como o clima geral de insatisfação com a ditadura eclodiu em 1978, criando as condições para a expressão de uma sociedade civil organizada e reivindicante, eu supunha que a queda do Estado Novo teria aberto espaço para a emergência de uma onda reivindicatória como nunca se vira antes na história do país.

Como se vê, eu saí dos movimentos grevistas de 1978/1980, mas eles não saíam de mim!

Não era, e continua não sendo uma questão simples conectar o período de gestação desses movimentos, durante o Estado Novo (1935/1945), com a onda grevista no período

²³ Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa. Ed. Presença, 1973, p. 41. e 111.

de 1944/1946. Não há uma ligação lógica, ou uma consequência natural entre uma coisa e outra. O simples fato de que dois fenômenos aconteçam em sequência não nos pode levar a concluir que um seja a causa do outro; essa ligação precisa ser estabelecida na materialidade da vida social.

Seja como for, a mim parecia óbvio que um fenômeno era desdobramento do outro e que essa conexão se estendia pelos subterrâneos do que restava da política partidária, da autonomia sindical, mas também pelo que se poderia chamar de “política do cotidiano”, sobretudo o associativismo de bairro. Além disso, me parecia fundamental associar essas mudanças com as consequências das transformações estruturais e demográficas pelas quais o país passara na última década: 1) intensificação das migrações campo/cidade; 2) rápida expansão das cidades, sobretudo das grandes cidades, rumo às periferias; 3) aumento do arrocho salarial; 4) ausência de planejamento na expansão dos transportes públicos; 5) quase total ausência de políticas habitacionais; 6) baixo investimento em saúde; 7) crescente déficit de escolas; 8) entrada do Brasil na guerra e suspensão dos direitos sociais como condição para o atendimento de acordos internacionais, etc. O problema, contudo, era como articular esse conjunto de transformações estruturais (que se poderia chamar, não sem certo grau de ironia, de modernização capitalista) com as mudanças conjunturais do fim da ditadura do Estado Novo. Os problemas clássicos para se estudar o pós-guerra eram: democratização, desenvolvimentismo, populismo. Era com eles que eu precisava me entender.

Redemocratização era, de modo geral, um tema que, ao menos me parecia assim, se referia, de fato, ao período pós-1985, tomando a transição do regime militar ao cível como problema, e projetando nos anos 1940 os impasses desse outro contexto. Eu nunca lera nada sobre o tema que se referisse aos anos de 1940. Afinal, quais eram as especificidades do debate sobre redemocratização no final do Estado Novo? *Populismo* era um tema clássico, a partir da sociologia e da ciência política, e os estudos de Francisco Weffort referiam-se, grosso modo, ao período de 1930/1964. Entretanto, o populismo como fenômeno político tornou-se um tema acadêmico apenas depois da chamada “derrota de 1964”. O conceito tornou-se crescentemente operável com o objetivo de explicar as insuficiências das respostas da classe trabalhadora, sua passividade, fragilidade e desarticulação diante do golpe militar de 1964. *Desenvolvimentismo*, embora fosse um problema político e acadêmico desde os anos 1950, aparecia estreitamente conectado ao às insuficiências do populismo, novamente como explicação das inconsistências da classe trabalhadora, marcada pela intensa migração campo/cidade, por

enorme despreparo para a vida urbana, para a vida associativa moderna e para as exigências do sindicalismo organizado e, portanto, presa fácil das lideranças carismáticas que manipulavam seus interesses. Mas, sobretudo, o problema teórico/prático do desenvolvimentismo emergia como um tema ligado à ação do Estado.

Para mim, explicações provocavam certo desconforto – sobretudo porque eu lidara, no estudo anterior, com experiências muito candentes que dificilmente se enquadrariam nessas chaves explicativas de fraqueza e debilidade da classe trabalhadora, de ausência de consciência de classe, de manipulação por figuras carismáticas etc. etc... Mas sobretudo porque, sendo filho de migrantes e tendo crescido num bairro de migrantes, nacionais e estrangeiros, a explicação da origem rural como limitadora de qualquer forma de consciência e ação coletiva me parecia possível apenas para quem nunca tivera contato com essa parcela da população, portanto me pareciam explicações idealizadas, formuladas por uma noção de classe e de consciência atribuídas de fora para dentro da experiência proletária.

A exigência que parecia estar diante de mim era o enfrentamento renovado com um conjunto de temas consagrados que me pareciam bastante difíceis, mas em relação aos quais eu tinha grande insatisfação: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo, temas que marcavam o debate acadêmico do pós-guerra e de todo o período de 1945/1964, muitas vezes denominado: “República populista”. Havia uma vasta bibliografia sobre cada um desses problemas, e minha impressão era, no início, sem qualquer formulação mais sofisticada, serem todos eles, de um modo ou de outro, definidos pelos significados atribuídos ao movimento de 1964 e não pelo que de fato expressaram em seu contexto.

Fundamental para minha formulação dessa relação simbiótica entre modernidade e atraso, entre os direitos e sua denegação como experiências inseparáveis e complementares, foi o conceito de *espoliação urbana*,²⁴ por meio do qual passei a enxergar a cidade de um modo mais complexo. O conceito evidenciava o fato de que a existência de privações sociais e as carências de serviços públicos, eram na realidade a continuidade das formas de extorsão instituídas no âmbito do trabalho, estendendo-se para as esferas fundamentais à sobrevivência dos indivíduos nas grandes metrópoles: moradia, escola, lazer, transporte etc... De modo que ele conectava, de modo estrutural forte, a extração do sobre trabalho no chão da fábrica com o conjunto das extorsões cotidianas expressas na precariedade dos serviços públicos e bens coletivos; revelando

²⁴ Kowarick, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

que esses dois aspectos eram interdependentes. Em resumo, *espoliação urbana* me parecia funcionar bem como uma espécie de “mais-valia” específica das condições históricas brasileiras e de uma subalternidade à qual se interditavam o acesso aos bens coletivos e as garantias cotidianas de sobrevivência. Por fim, mas não menos importante, a noção me fornecia os argumentos para uma intuição que se consolidara nos anos do mestrado: nunca desejei estudar os trabalhadores no chão da fábrica – há muitos e excelentes estudos com esse foco – o que eu queria mesmo era pensar *os de baixo*, os *subalternos*, os *trabalhadores* como cidadãos: como parte da cidade. Da cidade na qual, muitas vezes, eu tinha a impressão de não caber.

Do conceito de *espoliação urbana* cheguei à obra de Henry Lefebvre e ao problema do *direito à cidade*. Princípio que não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Mas só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Nele a cidade como um valor de uso, que atende às necessidades humanas, em toda sua diversidade e pluralidade, e não à lógica do capital:

“necessidade de segurança e a abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, da unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de troca e de investimentos de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo (...) necessidade de ver, ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num ‘mundo’ (...) necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (...)”²⁵

Durante os anos do mestrado essa noção não estava clara para mim. Mas a junção entre as noções de *espoliação urbana* e *direito à cidade* me pareceram muito adequadas para compreender aprofundar a de *agencia humana*, tão central à obra de E. P. Thompson. No caso do Brasil e especificamente na cidade de São Paulo, a politização das classes trabalhadoras se deu desde sempre também na disputa pelo espaço urbano, na conquista da casa própria, no acesso aos terrenos urbanos, no processo de autoconstrução, nas reivindicações por serviços urbanos – postos de saúde, serviço de coleta de lixo, transporte público, correio, escola, pavimentação etc. – enfim, aquilo que se poderia condensar na noção de *direito à cidade*. Num certo sentido, a classe trabalhadora “fez-

²⁵ Lefebvre, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo. Ed. Moraes, 1991. p. 116-117 e 103-104, respectivamente.

se” a si própria ampliando seus direitos à cidade, moldando e construindo uma noção muito própria dos direitos de cidadania. Nessa luta continua para garanti-lo, conquistaram e ampliaram seus direitos políticos, seus direitos civis e seus direitos sociais na medida em que redefiniam os parâmetros de como a negociação entre público e privado deveria operar, como deveria ser sua relação com o Estado e com seus representantes no nível municipal, estadual e federal. Criaram e ampliaram as esferas públicas de participação – movimentos de bairro, das associações de moradores, dos clubes esportivos e de lazer etc. – politizando e tornando públicos muitos aspectos antes “privados” da sua condição precária.

Esse tema do *direito à cidade* voltou às manchetes dos jornais com a crise do mercado imobiliário nos EUA em 2008, e foi atualizado de forma muito instigante por David Harvey, para quem.

“Na história do capitalismo numerosos movimentos revolucionários, mais do que contar com a estreita base da fábrica, tiveram uma base urbana ampla (as revoluções de 1848 na Europa, a Comuna de Paris de 1871, Leningrado em 1917, a greve geral de Seattle 1918, a revolta de Tucumán em 1969, assim como Paris, Cidade do México, Bangkok de 1969, a Comuna Shangi de 1967, Praga em 1989, Buenos Aires em 2001/2002... e a lista poderia ser muito mais extensa). Mesmo para os movimentos que tiveram no centro as fábricas (greve de Flint no Michigan dos anos 1930 e os conselhos operários de Turim nos anos 1920), o vizinhado desenvolveu na ação política um papel crítico, mas muitas vezes negligenciado (as mulheres e os grupos de apoio dos desempregados de Flint e as comunas ‘casas do povo’ em Turim). A esquerda tradicional cometeu um erro ao ignorar os movimentos sociais que se desenvolveram fora das fábricas e das minas.”²⁶

Eu procurava especialmente, pensar as experiências dos trabalhadores da cidade de São Paulo, sem concentrar-me nas suas experiências fabris, mas pensando, sobretudo, nas suas relações com o bairro e a cidade. Por muito tempo os estudos sobre a formação da classe trabalhadora tenderam a se concentrar no “chão das fábricas” (oficinas, minas, portos, fazendas, fábricas etc.), frequentemente ignorando que a consciência de classe é forjada tanto em ruas, bares, clubes, escolas dominicais, igrejas, mercados, associações comunitárias, jogos de futebol, clubes de dança, quanto no “chão das fábricas”. Pensar que o trabalho fabril seja naturalmente o *locus* da verdadeira experiência de classe ou das lutas capazes de transformar o mundo sempre foi um equívoco muito limitador. Aprendemos isso com E. P. Thompson. Eu buscava tomar a cidade de São Paulo como

²⁶ Harvey David and Wachsmuth, David. What is to be done? and who the hell is going to do it? In: Brener, Neil, Marcuse, Peter, Mayer, Margrit. *Cities for people, not for profit: critical urban teory and the right of the city*. Routledge, USA/Canada, 2012, p. 265.

espaço privilegiado da produção e veiculação dessas experiências de classe nas décadas de 1940 e 1950.

Hoje, olhando em retrospecto, no momento em que escrevo este memorial, me dou conta de que minhas escolhas têm uma profunda relação com o que poderia chamar de “vida comum”. Mas nem sempre isso foi evidente para mim. Como não provenho de uma família intelectualizada ou com formação universitária, minhas escolhas são marcadas por uma tensão entre a tentativa de compreender a *estrutura de sentimentos* e os valores comuns aos “de baixo” e um esforço simultâneo para expressar esses “valores comuns” num quadro analítico-descritivo em acordo com as exigências acadêmicas. Aqui, mais uma vez, minha experiência de vida se encontrou com o esforço de compreensão, com o auxílio imprescindível da tradição materialista britânica.

“Falei-vos de um mundo e de uma vida que, nas suas linhas principais, são sempre iguais; o trabalho do homem não é interessante, a mulher passa anos a fazer contas para esticar o dinheiro, e a maioria das pessoas não concebem que esse padrão de vida possa ou deva mudar. De uma maneira geral, parecem dizer-nos, não somos nós os grandes homens desse mundo; a nossa vida é desprovida de esplendor e de actos heróicos e as nossas tragédias não são do gênero retumbante e retórico. [Contudo] Quanto mais atentamente consideramos a vida das classes proletárias, e tentamos compreender o que há de essencial nas atitudes que assumem, mais nos salta à vista que esse elemento essencial consiste num sentido do pessoal, do concreto, do local: daí a importância das ideias de família de bairro”.²⁷

As décadas de 1970/1980 foram marcadas na política paulista pela figura tenebrosa do então governador Paulo Salim Maluf. Ele havia sido prefeito biônico entre 1969/71 e governador, também indicado pela ditadura, entre 1979/82. Embora tenha sofrido diversas derrotas eleitorais depois de deixar o governo do estado, Paulo Maluf era a expressão mais acabada da direita na cidade de São Paulo. E para minha surpresa, era sempre – mesmo quando perdia sucessivas eleições – muito bem votado em bairros próximos de onde eu vivia. Quando olhávamos os mapas eleitorais da cidade, as áreas de concentração de votos em Maluf apareciam como as áreas negras. O bairro em que eu vivia, Vila Prudente, não apareceria como uma “macha negra” nos mapas eleitorais, mas o vizinho bairro da Mooca, sim.²⁸ E aqui emergia uma enorme contradição: a Mooca era, depois do Brás, o bairro operário mais tradicional da zona leste da cidade. Se o Brás havia

²⁷ Hoggart, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa. Ed. Presença, 1973, p. 41. e 111.

²⁸ Pierucci, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*. São Paulo. n° 19, dezembro, 1987. _____. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 04, n° 10, junho 1989.

sido no início do século XX o berço da classe trabalhadora, depois dos anos 1930, essa centralidade se deslocara para o bairro da Mooca. A ponto de ser comum ouvir de velhos militantes comunistas que o cruzamento das ruas da Mooca com avenida Paes de Barros era conhecido, nos anos 1940, como a *Praça Vermelha*, porque era ali que aconteciam, segundo eles, os grandes comícios políticos do PCB no bairro. A questão óbvia, então, era explicar como um bairro tradicionalmente de esquerda, referência para militantes anarquistas, socialistas e comunistas se transformara “numa mancha negra nos mapas eleitorais da direita” na década de 1980.

A tese de doutoramento teve, portanto, duas motivações; a primeira, de ordem intelectual, era responder a algumas inquietações que a dissertação de mestrado apenas enunciara. Compreender como as experiências individuais e fragmentárias de exclusão social, política e econômica, dos anos do Estado Novo, se encontraram e configuraram uma *experiência comum* das classes populares após 1945. Como essas experiências de exclusão atravessaram períodos autoritários e se reconfiguraram em condições democráticas? Por onde se teceram as redes de sociabilidade que permitiram não apenas a continuidade de certas práticas coletivas de mobilização, mas a sofisticação que muitas delas apresentaram nos anos do pós-guerra? Para articular uma resposta a essas questões, o trabalho pretendia estudar os fenômenos sociais que marcaram a face do período posterior à Segunda Guerra no Brasil – redemocratização, populismo e desenvolvimentismo – tendo como pano de fundo um bairro operário da cidade de São Paulo, o bairro da Mooca, na zona leste da cidade.

A segunda motivação era de ordem política e surgiu de uma constatação no final dos anos 70. Aqueles foram anos de clivagem tanto na história do bairro da Mooca, quanto da cidade e do país. No meio de trabalhadores fabris em que eu vivia, aqueles anos foram de esperança e otimismo, mas, para meu espanto, [aquela] a euforia cívica não era compartilhada por todos. As greves, que se espalharam pela cidade, e a emergência de *novos personagens* foram vividas por muitos dos meus vizinhos com medo e angústia. Esse duplo modo de perceber a ebulição política daqueles anos foi responsável por redimensionar os alinhamentos político-sociais no bairro, de modo que se produziu uma oposição visceral – da parte de pessoas que até então, eu suponha, estavam do “nosso lado” – a tudo o que se referia a movimentos coletivos, reivindicatórios, greves, sindicatos, abaixo-assinados, comícios, reuniões políticas etc. Para muitos, essas manifestações eram censuradas como bagunça, baderna e confusão. A partir daquele momento, compreendi que se operara uma fratura definitiva naquelas “familiares relações

de vizinhança”. Num primeiro momento, parecia adequado atribuir essas clivagens à experiência deletéria da ditadura militar. Era comum, nos argumentos dos velhos militantes anarquistas, comunistas e socialistas que a “Mooca vermelha” dera lugar à “Mooca de direita” porque a ditadura havia liquidado as organizações democráticas e populares. Naquele momento, era fácil atribuir ao opositor mais evidente e imediato todas as causas do mal. Entretanto, diante da permanência de práticas autoritárias e de exclusão social, que no meu imaginário deveriam desaparecer com o fim da ditadura, “essa verdade simples” foi se tornando cada vez mais insatisfatória. Com a volta do processo eleitoral, com as liberdades de organização política e partidária e com a retomada de uma série de organizações populares do bairro, ficava evidente que, para se compreender aquelas transformações, era necessário atentar para as experiências populares e a sua relação com a representação política, em seu sentido mais amplo. Assim, o objetivo político do doutoramento era compreender como o “mais forte reduto comunista do após-guerra” emergiu, na década de 80, como a “mancha negra” nos mapas eleitorais da direita paulistana.

No imediato pós-guerra, os embates políticos na cidade de São Paulo deram aos bairros periféricos uma visibilidade que nunca haviam alcançado. Era, a partir das relações das pessoas com a cidade, com as suas condições de locomoção e com o acesso a serviços públicos que se constituíam práticas, reivindicações e organizações populares que colocavam os bairros operários, ao mesmo tempo, no cerne das questões políticas e no âmago das discussões sociais e econômicas da cidade de São Paulo. Portanto, foi a partir de suas condições específicas que se consolidou uma contraposição entre diferentes modelos de cidade e, principalmente, de relações entre os moradores e os poderes públicos. Pensar o direito à cidade era, antes de qualquer coisa, pensar as relações dos trabalhadores com a cidade e, para isso, foi necessário inseri-lo na dinâmica dos conflitos e das disputas que a constituem como cidade. Entretanto, não se podia reduzir os acontecimentos do bairro a uma mera representação ou expressão direta das conjunturas nacionais – quer econômicas quer políticas – sob pena de se perder as múltiplas articulações locais que caracterizam o bairro como uma singularidade. Assim, tentei pensar o bairro da Mooca como a referência urbana mais próxima e imediata das condições reais e concretas da vida das classes populares; talvez por isso, o bairro tenha um significado decisivo na sua autorrepresentação e no seu modo de inserção no espaço da cidade. É, principalmente, talvez exclusivamente, nesse nível local e específico que um conjunto de ações aparentemente desconexas, desarticuladas e fragmentárias adquire

significação política; é aí que os resultados das ações coletivas “são mais palpáveis e os riscos da organização menores”. Possivelmente, tal fato explique ser a importância atribuída aos temas locais, pelas classes populares, a mola propulsora para o surgimento do seu associativismo local, uma vez que “é frente aos problemas do bairro que os trabalhadores se mostram mais homoganeamente dispostos a apresentar soluções, o contrário se dá na política nacional...”²⁹

Mas o bairro me parecia, na realidade, um detalhe administrativo muitas vezes acidental e contingente; seus limites quase nunca eram precisos e comumente se alteram ao longo do tempo, e a sua extensão era de tal modo fluida que, em geral, ele não correspondia às unidades territoriais de outra natureza, como as religiosas, políticas ou sociais, que ao longo do tempo o englobam e o separam.

Seria possível, então, pensar o bairro como uma *comunidade*? O que isso implicava?

Qualquer discussão sobre comunidade deveria começar pelo reconhecimento do que era uma sociedade capitalista industrial, na qual havia sempre a dificuldade em se falar de comunidade quando existia uma intensa mobilidade espacial, quando não havia permanência da propriedade da terra e quando o trabalho e a família estavam separados geograficamente. Assim, comunidade seria um termo ambíguo que poderia tanto apontar para uma identidade “natural” assentada numa experiência comum, na qual se enfatizavam a solidariedade, a assistência e a ajuda mútua, quanto indicar o conflito e a fragmentação. Em ambos os casos, a linguagem de classe aplicada à comunidade podia mascarar seus dissensos internos e me distanciar das “senhas da comunidade”³⁰. Enfim, tomar um bairro, na moderna sociedade capitalista, como exemplo de comunidade complicaria o problema. Entretanto, seria preciso considerar que os interesses locais podiam se configurar como interesse comum, de tal modo que certas relações sociais e políticas poderiam atravessar as relações de classe e dar uma coesão inesperada à “comunidade local”, em contraposição aos interesses externos.

²⁹ Esses comentários se referem a um bairro semirural e à atuação de um grupo de boias-frias, mas creio que seja adequado também para pensarmos o bairro da Mooca no pós-guerra. Cf. Martinez-Alier, Verena E Boito JR., Armando. “1974: enxada e voto”. In: Cardoso, F. Henrique, Lamounier, Bolívar *Os partidos e as eleições no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978. pp. 251 e segs.

³⁰ Crew, David F. “Class and Community. Local Research on Working-Class History in Four Countries”. In: Tenfeld, Klaus. (org) *Arbeiter und Arbeiterhenvegang im Vergleich*. Historische Zeitschrift, Sonderhefte, Vol. 15, 1986.

Diante dessas ponderações, meu ponto de partida seria o de considerar o bairro como uma comunidade apenas quando os seus moradores assim o definissem, sem esquecer que, quando o fizessem, revelariam tanto as suas coesões internas quanto as [suas] fissuras e contradições, de maneira que bairro e comunidade seriam ambos tomados como *invenções* coletivamente partilhadas e historicamente construídas.

As reivindicações por equipamentos urbanos e serviços públicos nas décadas de 40, 50 e 60 remetem aos mecanismos de divisão social no espaço urbano, e é disso que se trata quando as condições dos bairros periféricos são colocadas no centro do debate, quando, enfim, se mobiliza “o direito à cidade”. Minha dúvida era se esses dispositivos caberiam todos na dialética do conflito entre capital e trabalho. Naquele momento, pensei que nas relações sociais da cidade existem outras tramas complexas e sutis no modo como se configuraram as representações das classes, seja no mundo político, seja entre os próprios trabalhadores.

Talvez influenciado por um debate que estava mais intenso na Argentina naquele momento, optei por ampliar o leque teórico e pensar em *classes populares*, o que me pareceu ampliar as possibilidades teóricas.³¹ A utilização do conceito *classes populares* pareceu-me útil também na medida em que deslocava o foco da atenção do espaço fabril para as ruas, os clubes, os bares e os centros esportivos dos bairros da cidade. Tinha clareza dos problemas e limites desse conceito, sobretudo porque essa noção abrangia atores políticos muito variados, e suas organizações coletivas seriam atravessadas continuamente pela tensão entre diferentes projetos políticos e classe.³² Mas era exatamente essa multiplicidade de projetos e suas tensões que emprestavam força à utilização desse conceito no imediato pós-guerra.

Assim, em diferentes momentos e enfatizando diferentes aspectos, o pós-guerra foi qualificado como período de *redemocratização*, de *desenvolvimentismo*, de *república populista* ou *democracia populista* – referenciais produzidos de um certo ponto de vista sobre o período. O que me parecia importante era investigar como as classes populares se relacionaram com essas diferentes maneiras de conceber o pós-guerra e como as

³¹ Romero, Luís Aberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Fondo de Cultura Económica. México, 1994. E Armus, Diego (comp.) *Mundo urbano y cultura popular: estudios de história social argentina*. Buenos Aires. Editorial Sudamericana, 1990.

³² “A dificuldade desta concepção é que, como ator político, as classes populares apresentam uma multiplicidade de atitudes e comportamentos mesmo nos momentos mais decisivos ou dramáticos, como no período eleitoral, em que são solicitados a ‘falar’ e fazer escolhas (...) suas organizações quer sejam elas reivindicatórias ou recreativas (...) são igualmente cortadas por tensões entre ‘projetos’ políticos muito distintos”. Zaluar, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 34.

qualificaram nas suas experiências e ações coletivas. Meu objetivo era problematizar não apenas o conjunto das demandas populares oriundas dos bairros e os modos como se instituíram essas demandas, mas, sobretudo, a criação de canais regulares e coletivamente reconhecidos para expressá-las, levando-se em consideração que as organizações populares operavam nesse exíguo espaço de um regime que se constituía como uma democracia legal, no mesmo movimento em que destituía os direitos de cidadania, ao circunscrever os limites do jogo político, excluindo dele certos elementos: basta lembrar a cassação do registro legal do PCB em 1947.

Tudo indicava que o grande desafio do pós-guerra, para as camadas populares, foi lidar com um regime “democrático” que conservava muitos dos sinais e resíduos do Estado Novo e, ao mesmo tempo, estabelecer um conjunto de reivindicações e demandas que as legitimasse como agentes e interlocutores, no mesmo movimento em que validavam essas reivindicações, instaurando um campo de direitos. Seu espaço de atuação era muito estreito: de um lado, os canais institucionais, os sindicatos e os partidos; de outro, as organizações de bairro, geralmente efêmeras. Por isso, o trabalho era também um esforço, tanto teórico quanto empírico, na tentativa de desvendar as conexões e os laços entre os “mundos do trabalho” e os movimentos urbanos surgidos nos bairros periféricos da cidade de São Paulo nos vinte anos posteriores ao fim da guerra. Seu ponto de partida era a suposição de que, a partir destas conexões, seria possível compreender os diferentes e antagônicos significados do que se denominou *redemocratização*, *desenvolvimentismo* e *populismo*.

A tese de doutoramento foi defendida em agosto de 2002, com o título *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*, sob a orientação do prof. Michael Hall.³³ A pesquisa me mostrou que o período entre 1945/1964 não podia ser explicado por nenhum dos adjetivos que comumente se empregavam para qualificá-lo: nem redemocratização, nem república populista, nem desenvolvimentismo. Quando o período era adjetivado desse modo, o que se perdia era a história como o *Se*, como o condicional. O que se produzia, inevitavelmente, eram silêncios, muitos embates eram mitigados, muitas trajetórias esquecidas e uma longa história de conflitos e contradições era deixada de lado. Portanto, por qualquer ângulo que esse período fosse observado, a sua

³³ A banca de defesa do doutoramento foi composta pelo historiador Claudio Batalha, a socióloga Maria Célia Paoli, minha orientadora de mestrado e pelas antropólogas Bela Feldman-Bianco e Teresa Pires do Rio Caldeira.

compreensão só se elucidava a partir dos conflitos de classe, era aí que definem os diferentes significados atribuídos a esses adjetivos.

Houve nessas décadas ao menos dois modos distintos de se conceber o alcance da redemocratização: de um lado, ela emergia como sinônimo de direito ao voto, como liberdade no “comércio eleitoral”; de outro, ela estava implicada nas práticas comuns e corriqueiras das organizações populares nos bairros periféricos e se traduzia no direito a reivindicar melhorias como pavimentação, transporte, serviços de saúde, escolas, lazer etc. Neste caso, redemocratização só fazia sentido se alcançasse o nível das relações cotidianas. Foi exatamente a partir de uma interpretação política das suas condições materiais – e do seu direito a expressá-las – que as “classes populares” atribuíram significados ao retorno da democracia após 1945. Redemocratização era, antes de mais nada, a possibilidade de se exprimir, de falar, de se organizar coletivamente para apresentar as suas demandas, as suas reclamações, as suas queixas. O que eu aprendi é que em nenhum momento se tratava propriamente de uma ausência de direitos, mas sim, da negociação constante dos seus significados, do seu alcance e do seu conteúdo.

O associativismo popular, nos *Comitês Democráticos e Populares* e nas *Sociedades Amigos de Bairro* me forneceu um valioso instrumento teórico-prático para pensar o fenômeno do populismo. Pareceu-me insustentável o argumento que atribuía ao populismo a capacidade, não apenas de determinar os parâmetros das reivindicações populares, como também de ser o motor da sua própria emergência e aparição pública. As evidências empíricas me mostraram uma relação diversa, na qual o sistema populista seria resultado da apropriação e da transmutação das reivindicações populares, nascidas dos bairros e das fábricas, apropriadas pelos líderes políticos que tentavam falar em nome das “camadas populares”. Nestas décadas, as organizações de bairro sempre foram profundamente marcadas pelos interesses político-partidários, e saber transitar pelos vários interesses partidários foi a fonte do seu vigor, tanto quanto a causa das suas fraquezas; uma vez que essas habilidades exigiam que as organizações se recriassem e se reorientassem constantemente. De tal modo que seu envolvimento com a política foi simultaneamente sua força e sua fraqueza.

O que pareceu decisivo é que aqueles foram anos da configuração de uma *linguagem de direitos*. No imediato pós-guerra se assistiu à emergência de uma variada gama de organizações populares que, oriundos dos bairros periféricos, transformaram a discussão sobre as melhorias das condições urbanas na sua razão de ser. Essas organizações tinham uma longa e subterrânea tradição nos bairros, muito anterior à guerra

e ao Estado Novo. Portanto, não me parecia fazer sentido pensar as organizações populares como sendo cooptadas, domesticadas ou invadidas pelas disputas partidárias; ao contrário, elas encontraram a sua força, assim como descobriram a sua fraqueza, operando e existindo dentro desses *jogos políticos*. O mundo do trabalho e a vida do bairro estavam profundamente vinculados nas experiências populares; de tal que modo que eram os dramas e as experiências cotidianos que forneciam os temas e a matéria-prima dos conflitos que ganham forma e conteúdo no debate público.

As referências aos direitos, que emergiam nas demandas das organizações de bairro, nessas décadas, eram historicamente determinadas: e neste caso, supunham uma articulação – sempre mutável – entre expectativas e valores. Desse modo, quando os movimentos reivindicatórios punham no centro do debate os problemas da moradia, transporte, escola etc. – eles estavam politizando o cotidiano. Enfim, o que a pesquisa me revelou foram as trajetórias e os embates para a constituição de uma *esfera pública plebeia*, na feliz expressão de Jürgen Habermas.

No mesmo ano, publiquei *Os sentidos da comunidade: notas para um estudo de bairros operários e identidade cultural*³⁴, no qual buscava refletir sobre os problemas teóricos e metodológicos de se tomar um bairro objeto de estudos.

Em seguida, publiquei, em parceria com Paulo Fontes, *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Esse texto resultou do fato de que ambos estudávamos bairros operários; eu, a Mooca; ele, São Miguel Paulista³⁵. Nosso objetivo era mostrar diferentes estratégias de ação política das chamadas lideranças populistas em dois bairros operários da cidade. O primeiro, um bairro mais tradicional da classe trabalhadora e predominantemente composto por imigrantes europeus e seus descendentes; o segundo, um bairro de ocupação mais recente, e com uma composição centrada, sobretudo, nos migrantes com predomínio dos nordestinos. Entretanto, o ponto forte do texto, resultado a que chegamos separadamente em nossas pesquisas, era mostrar que o fenômeno do populismo, ao menos como vinha sendo estudado pela sociologia e ciência política, não considerava um aspecto que nos parecia central: *a experiência da vida comum nos bairros*.

³⁴ Duarte, Adriano Luiz. "Os sentidos da comunidade: notas para um estudo de bairros operários e identidade cultural". *Trajetos*, Fortaleza, v. 1, n.2, p. 103-113, 2002.

³⁵ Duarte, Adriano Luiz e Fontes, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), v. 11, p. 87-122, 2004.

Em 2005 publiquei *O dia de São Bartolomeu e o 'carnaval sem fim': o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947*.³⁶ Nesse artigo procurava refletir acerca do quebra-quebra de ônibus e bondes ocorrido na cidade de São Paulo em agosto de 1947, como um ponto de clivagem nas esperanças de efetiva transformação social no pós-guerra. Recorria sobretudo às observações de George Rudé e aos estudos de E.P. Thompson sobre os motins da fome para pensar a lógica seletiva dos ataques dirigidos ao poder público, seja municipal, seja estadual

Em seguida publiquei “*Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950*”³⁷, cujo objetivo era refletir acerca do surgimento dessa “nova” forma de associativismo de bairro ainda antes do fim do Estado Novo, associativismo que se desdobrou nas décadas seguintes, dando origem aos *comitês democráticos e populares* e às *sociedades de amigos de bairro*.

Esse artigo se desdobrou em outro publicado com o título *Neighborhood Associations, Social Movements, and Populism in Brazil, 1945-1953*.³⁸ Nesse, o objetivo foi problematizar a conexão existente entre o que eu chamara de associativismo de bairro com o fenômeno do populismo. Enfatizando que essa forma de associativismo popular, nascente no fim do estado novo, era fundamental para se compreender, ao menos no contexto do estado de São Paulo, o fenômeno político do populismo. De modo que, a despeito das críticas feitas a ele, o conceito ainda se mostrava operável. Esses cinco artigos, publicados entre 2002 e 2009, estavam diretamente ligados ao meu trabalho de doutoramento.

Passados dezesseis anos da defesa dessa tese, seu título me parece um tanto problemático. Em 2002 as noções de *cultura política* e *cultura popular* me pareciam mais operáveis e úteis do que me parecem hoje. Nesse tempo percebi o quanto o conceito de cultura política era tributário do que me parecem os excessos da chamada “guinada cultural”, tributária do *linguistic turn*, nos estudos historiográficos. Hoje penso que cultura política era apenas uma maneira de enfatizar cultura, mas desligando-a de suas determinações materiais; uma maneira de desmaterializar, de pensar cultura distante das suas condições materiais de produção; mais do que isso, a guinada cultural me parece

³⁶ "O dia de São Bartolomeu e o 'carnaval sem fim': o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n.50, p. 25-60, 2005.

³⁷ "Em busca de um lugar no mundo": movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940-1950". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 21, p. 195-219, 2008.

³⁸ *Neighborhood Associations, Social Movements, and Populism in Brazil, 1945-1953. The Hispanic American Historical Review*, v. 89, p. 111-139, 2009.

hoje um modo de deslocar a economia (a materialidade do mundo) para uma outra forma de determinação, uma determinação cultural em última instância.

Por outro lado, passei a pensar a noção de *cultura popular* com uma lente de maior complexidade. Sobretudo porque cada vez mais me parece problemático pensar que haja uma separação muito clara ou óbvia entre o que se poderia chamar cultura erudita e cultura popular. Claro que na ocasião da tese eu já havia lido Carlo Ginzburg e já sabia de sua inspiração em Mikhail Bakhtin acerca da noção de *circularidade da cultura*; mas penso que foi sobretudo quando descobri Raymond Williams e passei a considerar as noções de *cultura comum* e *estrutura de sentimento* que passei a ver de forma cada vez mais desconfiada a noção de cultura popular como uma área própria da cultura em si mesma. Também meu contato com Theodor Adorno e com a noção de indústria cultural foi central nessa mudança.

Essas talvez sejam algumas das razões pelas quais a tese tenha demorado tanto para se transformar em livro. Em primeiro lugar, reescrevi tudo, muito lentamente e, ao longo da reescrita, muitas ênfases foram se transformando, o que nunca fiz com a dissertação de mestrado. Aliás, se pudesse, reescreveria tudo o que já escrevi e continuaria reescrevendo sempre... Assim, a tese se transformou-se no livro: "*O direito à cidade*": *trabalhadores e cidadãos em São Paulo, 1942/1953*³⁹. Essa nova versão ficou pronta apenas 2010, portanto levei oito anos reescrevendo. Aliás, se pudesse reescreveria tudo o que já escrevi, e faria isso novamente depois de algum tempo, e depois novamente.

Penso que minhas opções teóricas e metodológicas não foram meras escolhas pessoais num 'mercado' de alternativas disponíveis. Todas as escolhas e caminhos descritos acima, foram feitos em consonância com os debates acadêmicos desse tempo. No tema do *populismo*, por exemplo, isso é óbvio. Os movimentos grevistas de 1978/1980 empurraram o conceito para o canto do ringue, e uma certa vertente acadêmica anunciou sua morte.⁴⁰ Parte significativa do meu esforço foi para lidar com esse cadáver que, ao longo dos meus estudos se recusava a ficar inerte. Com o tema do *desenvolvimentismo* aconteceu algo semelhante: ao longo dos anos esse parecia um debate puramente econômico, com tabelas, cifras, gráficos sobre o crescimento industrial e a diversificação

³⁹ Duarte, Adriano Luiz. "*O direito à cidade*": *trabalhadores e cidadãos em São Paulo, 1942/1953*. São Paulo. Alameda, 2018.

⁴⁰ Gomes, Angela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo: revista do departamento de história da UFF*, Vol. 1, n 2, 1996. E Ferreira, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

do parque tecnológico brasileiro.⁴¹ Salvo engano, eram raros os historiadores que se envolviam nele. Mas tentei pensá-lo como historiador social, tomando como referência a máxima de Jean Paul Sartre: “não somos aquilo que fizeram de nós, mas o que fazemos com o que fizeram de nós”. Ou seja, pensar o desenvolvimentismo a partir de como os “homens comuns” o viram e pensaram. Em resumo, penso que também no doutoramento eu não estive sozinho, interagi com os debates acadêmicos do meu tempo e com os colegas que se formaram comigo, nesse tempo. Caminhei sempre em boa companhia.

PÓS-DOCTORADOS

Em 2008/2009 realizei um primeiro estágio pós-doutoral no EUA, na *New York University* (NYU), sob supervisão da professora Barbara Weinstein. Nesse período meu objetivo era seguir os passos de Paulo Lício Rizzo que, depois de se formar no seminário presbiteriano de Campinas, concluiu seus estudos na Universidade Presbiteriana de Princeton, no estado de Nova Jersey. Concluída sua formação, Paulo Rizzo assumiu a igreja presbiteriana na cidade de New Bedford, estado de Massachusetts, e depois foi professor de português para oficiais do exército dos EUA na Califórnia.

Passei um ano pesquisando em vários acervos e bibliotecas, mas a mais grata surpresa foi ter acesso aos relatórios da estada de Paulo Rizzo nos EUA, produzido pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI). Com esse material escrevi um capítulo de livro *O enigma Paulo Lício Rizzo nos arquivos do FBI, 1949-1950: de estudante premiado a "pastor comunista"*⁴² Além desse estudo, o período nos EUA me levou a travar contato com o *National Archive* e a documentação produzida pelo *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, o que me levou a publicar outro capítulo de livro, agora editado na Argentina, em parceria com André Melo, *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Santa Catarina, Brasil, 1942-1945*, resultado do seu trabalho de conclusão de curso.⁴³ Nesse período nos EUA, localizei na *Rockefeller Foundation* um acervo de filmes exibidos pelo *Office* no Brasil entre 1942 e 1946. Muitos desses filmes

⁴¹ Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/IMPES, 1988.

⁴² O enigma Paulo Lício Rizzo nos arquivos do FBI, 1949-1950: de estudante premiado a "pastor comunista". In: Fortes, Alexandre; Lima, Henrique Espada; Xavier, Regina; Petersen, Silvia. (Org.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1ed. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013, v. 01, p. 229-254.

⁴³ Duarte, Adriano Luiz e Melo, André. *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Santa Catarina, Brasil, 1942-1945*. In: Fabio Nigra. (Org.). *El buen vecino Estados Unidos desde Argentina y Brasil*. 1ed. Valência: Biblioteca Javier Coy estudios nord-americanos Universitat de València, 2015, p. 15-36.

não possuíam legenda em português e, para torná-los acessíveis aos estudantes, montamos, em 2010, um grupo de estudos para traduzi-los e legendá-los. Desse trabalho resultou o capítulo de livro, escrito em parceria com meu amigo Alexandre Valim, *Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs*.⁴⁴

Em 2014/2015 realizei um segundo estágio pós-doutoral. Desta vez, passei seis meses nos EUA, na *University of Maryland*, sob supervisão da professora Karin Roseblatt, e seis meses na *Universidade de São Paulo*, com a supervisão da querida professora Maria Helena Rolim Capelato. No período nos EUA, concentrei minha pesquisa no *National Archives* (NARA), coletando documentos não apenas sobre o *Office* de Santa Catarina, o que havia feito em 2008/2009, mas de todo o Brasil. Pesquisei também na Biblioteca do Congresso, na qual localizei diversos periódicos que, aparentemente, só existem nos EUA. Tenho diversos projetos de pesquisa planejados para dar conta da enormidade de documentos que coletei nesse segundo período. Repassei vários desses documentos para estudantes de graduação e tive dois bolsistas de iniciação científica que estudaram os arquivos do *Office* no Paraná e no Rio Grande do Sul.⁴⁵

As duas experiências de pós-doutoramento foram importantes, sobretudo, porque me colocaram em contato direto com o que se produzia e debatia na historiografia dos Estados Unidos, bem como me apresentou o funcionamento das universidades e bibliotecas estadunidenses. Tive a satisfação de assistir a inúmeras conferências com professores renomados dos dois lados do atlântico (Joan Scott, Bryan Palmer, Peter Linebaugh, Geoff Eley, Katherine Verdery, Gabrielle Spiegel, Daniel James, Gayatri Spivak, Eric Foner etc...). A simples passagem pelo pós-doutorado não é suficiente para o estabelecimento de redes solidárias de pesquisa, mas os contatos com os professores que me receberam nas duas ocasiões mantenho até hoje. Do mesmo modo, a participação no seminário *¿Qué hacer con E. P. Thompson? A 50 años de La formación de la clase obrera en Inglaterra*, ocorrido em junho 2013, na *Universidad Nacional de Quilmes*, foi

⁴⁴ Duarte, Adriano Luiz e Valim, Alexandre Busko. "Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs". In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Karl Schurster; Igor Lapsky; Ricardo Cabral e Jorge Ferrer. (Org.). *O Brasil e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Em Foco Editora/FINEP/CNPq, 2010.

⁴⁵ Atualmente tento encontrar tempo para trabalhar com a revista "*Traveling in Brazil*" uma revista de propagação do Brasil, distribuída para o público estadunidense em inglês. A revista me parece muito sofisticada, cara e conta com intelectuais de primeiro nível e funcionou durante o Estado Novo. Penso que ela é uma boa fonte para se pensar qual a imagem do Brasil que se desejava exportar.

uma excelente oportunidade de estreitar laços com pesquisadores da história do trabalho na América Latina, laços que são mantidos até hoje.⁴⁶

HISTÓRIA E LITERATURA

Ainda que seja possível, ao estudar o passado, isolar os aspectos específicos da vida como se fossem únicos e independentes é óbvio que isso é apenas o modo em que podem ser estudados, não como foram vivenciados. Examinamos cada elemento como um precipitado, mas na experiência vivida do tempo, cada elemento estava em solução, era uma parte inseparável de um todo complexo. E parece ser certo, pela natureza da arte, que o artista retrata essa totalidade, que é na arte, principalmente, que o efeito total da experiência vivida é incorporado e expresso.⁴⁷

No ano de 2010 dei início a uma frente de pesquisas. Meu objetivo passou a ser o de refletir sobre a relação entre história e literatura. O interesse sobre esse tema surgiu quando, ainda no doutorado, me deparei com o livro *Pedro Maneta*, escrito por Paulo Lício Rizzo e premiado no 1º Concurso de Romance e Teatro para operários, promovido em 1942 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O livro me apresentava um grande desafio. Referia-se ao período ao qual vinha me dedicando desde o mestrado, o Estado Novo, estava centrado no mundo do trabalho, fora premiado pelo MTIC, mas era literatura, ficção, um romance...

Como pensar a literatura como fonte para o historiador, passou a ser meu desafio. Eu era um leitor regular de literatura, mas nunca havia pensado nos problemas teóricos e práticos para tratar a literatura como documento. Sabemos que o melhor modo de aprender um tema novo, lidar com um problema difícil é criar uma disciplina sobre ele. Foi o que fiz: em 2010 apresentei no programa de graduação uma disciplina sobre a relação entre história e literatura. Essa disciplina foi dividida com meu primeiro pós-doutorando, Manoel Dourado Bastos, que defendera, na faculdade de ciências e letras de Assis a tese de doutorado: *Notas de testemunho e recalque: uma experiência musical dos traumas sociais brasileiros em Chico Buarque e Paulinho da Viola, de meados da década de 1960 a meados da década de 1970*. Certamente Manoel tinha mais familiaridade do que eu com o tema, sobretudo porque cursara uma graduação de comunicação e era filho de um professor de estudos literários na UNB. Isso facilitou muito a realização da

⁴⁶ Minha participação na jornada de Quilmes se transformou no texto *Ley y costumbre: lo esencial* de E. P. Thompson. *Rey Desnudo: revista de libros*, v. 1/3, p. 402-420, 2013.

⁴⁷ Williams, Raymond. *Drama from Ibsen to Brecht*. London, Hogarth press, 1987, p. 18.

disciplina e a minha entrada nessa nova seara (li muito e aprendi muito com esse curso. Acho que nunca agradei o suficiente a ele). Metade do curso foi sobre música e outra metade sobre literatura. A disciplina se desdobrou em outra na pós-graduação e assim fui pavimentando minha compreensão dessa difícil relação entre história e literatura. Dessa segunda disciplina surgiu um problema de pesquisa mais sólido e estruturado, uma temática de estudos e a constituição de um grupo de estudos envolvendo alunos de graduação. Em 2011 formamos o *Núcleo de Estudos de História, Literatura e Sociedade* – NEHLIS – que tem sido, ao longo desses anos, a melhor experiência que a universidade me proporcionou.⁴⁸

Esse envolvimento com a literatura me levou a fazer outro experimento. Em 2011 participei do *IV colóquio História e Arte* no qual me aventurei numa discussão sobre literatura e cinema, com o texto *De 'dentro do bosque' a 'Rashomon': história, literatura e cinema*. No ano seguinte essa apresentação oral foi transformada em artigo.⁴⁹

Rashomon, de Akira Kurosawa, era um filme que costumava passar para meus alunos para refletir sobre história, verdade e narrativa. Há anos eu lera os contos de Ryunosuke Akutagawa no seu único livro, *Rashomon e outras histórias*, traduzido para o português. Sobretudo os dois contos *Dentro do bosque*, publicado em dezembro de 1921, e *Rashomon*, publicado em setembro de 1915, que assumidamente inspiraram Kurosawa. Para esse exercício resolvi fazer um cotejamento entre os contos de Akutagawa e o filme de Kurosawa. Mas antes me aventurei em um breve levantamento biográfico sobre ambos. Então fiz outra descoberta interessantíssima: ao escrever *Dentro do bosque* e *Rashomon*, Akutagawa havia se inspirado em duas narrativas clássicas da literatura japonesa: *Do homem que acompanhava a mulher para a terra de Tanba e foi amarrado na mata de Ooe*; e *Sobre o ladrão que vê cadáveres no portal Raseimon*.

Ambas as histórias faziam parte do *Konjaku Monogatari-shû*, uma coletânea de mais de mil contos, anedotas e narrativas de cunho budista e secular, compilados no século XII. Essas narrativas compunham o que os estudiosos da literatura japonesa chamam “literatura setsuwa”, um conjunto de narrativas curtas reunidas entre os séculos

⁴⁸ Por conta da existência desse grupo de estudos já orientei, de 2011 a julho de 2018, seis dissertações de mestrado relacionando história e literatura, duas teses de doutoramento e cinco trabalhos de conclusão de curso. Assim, penso que fui capaz de constituir uma área de estudos muito profícua no meu departamento. Originalmente, o grupo foi formado pela reunião de estudantes de graduação e pós-graduação: Luís Alberto, Marília Mezzomo, Guilherme Castro, Kelly Yshida. Aos poucos, novos membros foram se agregando: Lucas Albuquerque, André Luiz, Andressa Marzani, Beatriz Silva, Yuri Lorcheider, Vitor Santos, Vanessa Rodrigues e outros.

⁴⁹ De 'dentro do bosque' a 'Rashomon': história, literatura e cinema. *ArtCultura*, v. 14, p. 167-187, 2012.

IX e XIV: “a grande maioria das coletâneas da narrativa *setsuwa* ocupa-se exclusivamente com as narrativas de cunho budista, que relatam feitos e os milagres do Budismo”.⁵⁰ As narrativas seculares da “literatura *setsuwa*” recebem o nome de *Konjaku Monogatari*shû e foram compiladas, possivelmente, entre meados e o final do século XII.

Assim, o *Konjaku Monogatari*shû ou “narrativas de hoje e de outrora” é composto por de 31 volumes, dos quais três – os volumes 8, 18 e 21 – teriam desaparecido. Os contos são organizados a partir da sua origem geográfica: nos volumes de 1 a 5, as narrativas referem-se à Índia; nos de 6 a 10, referem-se à China; nos de 11 a 31, referem-se ao Japão. Transmitidas oralmente, as narrativas foram coligidas na Era Heian (794-1185) e deram forma e sentido às experiências vividas nesse contexto: o poder central, concentrado nas mãos do imperador e sua corte instalada em Quioto, estava sendo pulverizado entre os senhores da guerra, os Xoguns, constituindo o chamado feudalismo japonês.

Esses contos registram, por um lado, um mundo em que os antigos valores da corte não informavam mais a vida coletiva; por outro, os novos valores de uma sociedade de guerreiros, simbolizada pelos samurais, que ainda não haviam se tornado hegemônicos. Esse momento de transição ficou conhecido pelos contemporâneos como “os últimos dias da lei”, tais eram as incertezas que essa profunda transformação política, social, cultural e econômica produzia.⁵¹ Esse também foi o momento em que o Japão, paulatinamente, se distanciou da cultura chinesa, constituindo uma cultura nacional. Definitivamente eu fora capturado pela fascinante, mas difícil relação entre história e literatura.

Para dar uma forma teórica ao meu trânsito da história para a literatura e desta para o cinema, ao invés de pensar no trânsito entre uma aérea e outra, entre um arte e outra, como “adaptação” recorri, de forma muito pouco ortodoxa, talvez mesmo herética, ao conceito Gramsciano de *tradutibilidade*⁵², com a qual sugeri que o cinema não se acomoda ou aclimata a literatura, mas *traduz* a literatura para outra linguagem – num certo sentido, é também o que fez Akutagawa ao reescrever nos anos 1910 e 20 os contos do século XII.

⁵⁰ Yoshida, Luíza Nana. *Narrativas setsuwa de Konjaku Monogatari*shû – a ruptura com o refinamento estético das narrativas clássicas da época Heian. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 1994. p.1-2.

⁵¹ Ikeda, Daisaku. *Os clássicos da literatura japonesa: comentários e discussões*. Rio de Janeiro: Record, 1979, p. 157. Ver também Henshall, Kenneth. *História do Japão*. 2 ed. Lisboa. Edições 70, 2008.

⁵² *Tradutibilidade* é termo difícil, não significa meramente repetir, mas recriar e supõe o trânsito de uma linguagem política, filosófica, estética ou científica para outra e, também, de um momento histórico a outro. Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. vol 1. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999. p. 185 e segs.

O envolvimento com a literatura me levou a publicar três artigos entre 2015 e 2016: *Julho, 10! As artes da política e a política das artes nos anos 1940*; *Pedro Maneta e o concurso literário promovido pelo Ministério do Trabalho indústria e Comércio em 1942*; *Fundição: o concurso literário para operários promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1944*.⁵³

Paralelamente ao meu interesse pela literatura, tentei aprofundar minhas leituras sobre a obra de E. P. Thompson. Em 2010, publiquei o artigo *Lei, justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson*, texto que recebeu uma tradução para o espanhol o ano seguinte.⁵⁴ Conectando essas duas pontas, tenho hoje no prelo um estudo sobre a relação de E. P. Thompson com a literatura. Afinal, como escreveu por ocasião de seu falecimento, num inspirado texto, seu amigo e companheiro de militância política Christopher Hill, também membro do grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico:

Como Karl Marx, Thompson caminhou na contracorrente ao usar a *literatura como fonte para a história social e econômica* (...) Quem, senão Thompson, citaria Chaucer, Tristram Shandy, Wordsworth, Dickens e os poetas do século XVIII Stephen Duck e Mary Collier em um artigo sobre “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”? Ele não tinha paciência alguma com o determinismo demográfico e estatístico nem com termos enganosamente “neutros” como “modernização” e “industrialização”, usados com o fito de evitar o rude termo “capitalismo”. O marxismo de Thompson era inteiramente alheio a dogmas preconcebidos.”⁵⁵

Nestes últimos anos, meu esforço tem sido no sentido de articular uma maneira produtiva para se pensar a relação entre história e literatura, sem perder de vista as peculiaridades da história e a “literalidade” da literatura. Há uma infinidade de maneiras de articular as relações entre as áreas de conhecimento. Críticos literários, musicólogos, artistas plásticos, fotógrafos, cineastas e outros podem (embora não devessem fazê-lo) lidar com seus objetos abstraindo-lhe a historicidade – contexto, tempo, espaço e

⁵³ *Julho, 10! As artes da política e a política das artes nos anos 1940*. *Topoi* (Online): revista de história, v. 16, p. 544-570, 2015; *Pedro Maneta e o concurso literário promovido pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em 1942*. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, p. 687-706, 2016; *Fundição: o concurso literário para operários promovido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1944*. *História & Perspectivas* (UFU), v. 29, p. 51-77, 2016.

⁵⁴ *Lei, justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson*. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 18, p. 175-186, 2010. *Ley y costumbre: lo esencial de E. P. Thompson*. *Rey Desnudo: revista de libros*, v. 1/3, p. 402-420, 2013.

⁵⁵ Negro, Antônio Luigi e Silva, Sérgio. (org.) *Thompson. E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001, p. 5, grifos meus.

processo. Essa abordagem “edulcorada” certamente perderá substância e fatura crítica, mas pode satisfazer áreas de estudo para as quais esses elementos são apenas dimensões de fundo e referências distantes e secundárias. Entretanto um historiador não pode proceder dessa forma, sob pena de não compreender seu próprio objeto. Afinal,

história é a disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto, e enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.⁵⁶

Tendo essa concepção como base, parto do pressuposto de que qualquer forma de expressão social ou artística – música, literatura, cinema, fotografia, artes plásticas – é expressão do seu tempo e do seu contexto. Claro que a arte em geral pode ultrapassar seu tempo e seu contexto e continuar a interessar e despertar emoções em tempos e lugares muito diferentes e distantes do local e do contexto de sua produção, e isso é também um problema para nossa reflexão, mas por ora nos ateremos a outro aspecto.⁵⁷

Salvo as perspectivas inspiradas na teoria do gênio criador, talvez seja um lugar comum dizer que a arte é produto do seu tempo. Essa é uma afirmação quase tautológica – mesmo que muitas correntes de interpretação possam se concentrar apenas nos aspectos estéticos e formais da produção artística – seria, de modo geral, difícil negar a inextricável conexão da literatura com seu tempo e seu lugar. A questão importante, todavia, é como se dá essa relação entre cultura e sociedade. Uma certa perspectiva diria que a arte é reflexo do seu contexto e que, portanto, nela estão incrustadas as contradições do tempo. Muito já se discutiu acerca da teoria do reflexo e seus limites, seria ocioso voltar a ela⁵⁸. Dando um passo adiante, penso a literatura como produto e produtora do seu tempo, como resultado do diálogo e da interação do escritor com seu tempo e seu contexto e do movimento da sua arte específica. Portanto, nem reflexo nem retrato, mas diálogo, reflexão e interação.

⁵⁶ Thompson, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. In Antonio Luigi Negro e Sergio Silva, (org.) Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, p. 243.

⁵⁷ Sobre esse ponto ver: “... um homem não pode se tornar de novo criança, a menos que se revele infantil. Mas não aprecia os modos despreziosos da criança e não deverá esforçar-se por reproduzir a verdade delas num plano mais elevado? (...) por que razão a infância social da humanidade, quando obteve seu mais belo desenvolvimento, não exercerá um encanto eterno como uma idade que jamais voltará (...) o atrativo que a arte apresenta para nós não conflita com o caráter primitivo da ordem social de que brotara. É antes o produto desta e devido ao fato de que as condições sociais imaturas sob as quais a arte surgiu e sob as únicas em que poderia aparecer nunca se poderiam repetir.” Marx, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. In: *Marx-Engels Sobre literatura e arte*. São Paulo. Global, 1980, p. 54.

⁵⁸ Georg Lukács. Arte y verdad objetiva. In: *Problemas del realismo*. Fondo Cultura Económica. México, 1966.

Avançamos um pouco, mas ainda estamos distantes da compreensão de como o contexto e o tempo histórico aparecem nas obras literárias. A perspectiva teórica que se adota nesse projeto toma a materialidade da literatura como inescapável. As artes em geral, e a literatura em especial, são produções materiais de um mundo materialmente dado.⁵⁹ Se essa perspectiva materialista é nosso ponto de partida, ele nos impõe uma questão central: como a matéria social se transmuta em forma artística? Independentemente da arte posta em foco – cinema, música, artes plásticas, fotografia, literatura etc. –, acreditamos que a operação em questão – de matéria social a matéria artística – resulta de uma mediação dialética. Dito de outro modo, a “forma artística é conteúdo social sedimentado”⁶⁰. O conteúdo social da literatura não está na explicitação das suas referências ao contexto histórico e social (embora esteja também aí, esse é um aspecto secundário), mas na própria maneira de construir esteticamente o objeto. Como sugeriu Theodor Adorno, “o conteúdo de verdade das obras de arte funde-se com o seu conteúdo crítico”, conteúdo que não se encontra “fora da história, mas constitui a sua cristalização nas obras”.⁶¹ Assim,

*a arte nega as determinações categorialmente impressas na empiria e, no entanto, encerra na sua própria substância um ente empírico. Embora se oponha à empiria através do momento da forma – e a mediação da forma e do conteúdo não deve conceber-se sem a sua distinção – importa, porém, em certa medida e geralmente, buscar a mediação no fato de a forma estética ser conteúdo sedimentado.*⁶²

Não há, portanto, oposição ou separação entre matéria social e matéria estética, entre forma e conteúdo. Desse modo, é possível dizer que a literatura é uma forma de conhecer o mundo, pela maneira como se integram o conteúdo social e a forma artística.

reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra.⁶³

Forma social e forma estética se fundem dialeticamente: “o externo (no caso, o social) importa não como causa, nem como significado. Mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto,

⁵⁹ Sobre a materialidade da arte e da literatura em especial, ver o autor fundamental: Williams, Raymond. *The long revolution*. Ontário. Broadview Press, 1985.

⁶⁰ Adorno, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa. Edições 70, 1970, p.154.

⁶¹ Idem, *Ibidem*.

⁶² Idem, p. 17. Grifos no original

⁶³ Candido, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história da literatura*. 8ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz, 2002, p. 179.

interno”⁶⁴, tornando-se forma estética sedimentada. Problematizar o modo especificamente dialético de expressão do contexto sócio-histórico nas artes (e na literatura em especial) parece-nos ser a maneira mais produtiva de pensar a difícil relação entre arte e sociedade. Essa é a chave de uma leitura *materialista e dialética*, como apontou Roberto Schwarz, tomando a literatura como reflexão:

Que a literatura faça parte da sociedade, ou que se conheça a literatura através da sociedade e a sociedade através da literatura, são teses capitais do século XIX, sem as quais, aliás, a importância especificamente moderna da literatura fica incompreensível. Elas estão na origem de visões geniais e dos piores calhamaços. Em seguida se tornaram lugar-comum que sustenta a historiografia literária convencional. Dentro desse quadro, o traço que distingue a crítica dialética, e que a torna especial, é que ela desbanaliza e tensiona essa inerência recíproca dos polos, sem suprimi-la. O que for óbvio, para ela não vale a pena. Se não for preciso adivinhar, pesquisar, construir, recusar as aparências, consubstanciar intuições difíceis, a crítica não é crítica. Para a crítica dialética o trabalho da figuração literária é um modo substantivo de pensamento, uma via *sui generis* de pesquisa, que aspira à consistência e tem exigência máxima. O resultado não é a simples reiteração da experiência cotidiana, a cuja prepotência se opõe, cujas contradições explicita, cujas tendências acentua, com decisivo resultado de clarificação. Em suma, em termos de método, o ponto de partida está na *configuração da obra*, com as luzes que lhe são próprias, e não na sociedade.⁶⁵

Enfim, ao historiador social, materialista e dialético, cabe, sobretudo, tomar a arte, seja ela qual for – música, cinema, literatura, fotografia, artes plásticas – como testemunho do seu tempo.

A obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz, mesmo ao negar fazê-lo. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício.⁶⁶

Mas historicizar a arte não é apenas pensá-la em seu contexto histórico e social, é também afirmar a sua autonomia relativa, que se manifesta na interação das obras entre

⁶⁴ Idem, *Ibidem*. Grifos no original

⁶⁵ Schwarz, Roberto. Na periferia do capitalismo (Entrevista). *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.281

⁶⁶ Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, “Apresentação”. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

si, formando aquilo que Antonio Candido chamou de sistema literário.⁶⁷ Esse talvez seja o diferencial, a contribuição peculiar dos historiadores para uma compreensão materialista e dialética da arte em geral e da literatura em particular. Certamente historicizar a arte não nos tornará críticos literários, nem críticos musicais, nem críticos de arte (embora também, de algum modo, nos torne tudo isso), mas essa é a singular contribuição que podemos dar como historiadores. É claro que uma obra literária pode ser analisada de muitas maneiras: considerando as repetições de palavras, por exemplo, o número de verbos, ou o cinema pela incidência de luz nessa ou naquela cena; a música pelas síncopes, pelas repetições rítmicas; a pintura pelo uso de cores, sombras e luzes, etc... Entretanto para um historiador é inescapável colocar no centro de sua abordagem o tempo, o contexto, o lugar e o processo. Aqui, talvez, resida a maior motivo de desentendimentos entre historiadores e críticos literários. Estes até podem considerar a literatura em si mesma, como um objeto acabado, cuja lógica se encerra em si mesma, tudo começando e acabando na linguagem – mesmo que se perca muito nessa operação. Os primeiros, por outro lado, jamais poderão fazê-lo, pois uma obra só adquire “significado-dentro-de-um-contexto”. Isso tem sido motivo de críticas dos segundos aos primeiros, como se os historiadores se ocupassem apenas do conteúdo social, da inserção no tempo; ou apenas das redes de sociabilidade, sem se importarem com a estética, a forma, a “literariedade da literatura”. A perspectiva teórico-metodológica aqui esboçada não dá prioridade a um aspecto sobre o outro; ao contrário, ela não os concebe como separados; de modo que uma análise estética é também e sempre uma análise social.⁶⁸ E o ponto de partida é sempre a obra. É nela que se encontra a chave para o entendimento da relação entre forma e conteúdo.

Além dos artigos mencionados acima, resultado dos meus esforços para articular história e literatura, tenho no prelo, organizado com meu amigo Denilson Botelho de Deus, professor da Universidade Federal de São Paulo, o livro *Capítulos de história social da literatura*. Este livro resultou do nosso esforço conjunto, repetido nos anos de 2013, em Natal; 2015, em Florianópolis e 2017, em Brasília, organizando o simpósio temático intitulado *História, literatura e sociedade*, no âmbito da Associação Nacional de História. Nosso objetivo era oferecer a possibilidade de reunir estudiosos da relação entre história

⁶⁷ Candido, Antonio. *Formação da literatura Brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2006 [1957].

⁶⁸ “não existe uma literatura que seja “realmente” grande ou “realmente” alguma coisa, independentemente das maneiras pelas quais essa escrita é tratada dentro de formas específicas de vida social e institucional.” Eagleton, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 294, p. 306.

e literatura cuja perspectiva teórica fosse ligada à da história social. A partir daí organizamos o livro, que deve ser publicado ainda em 2018, pela editora Prismas, de Curitiba.

Em 2010, criei, junto com colega Alexandre Valim, o grupo de estudos *História social, cultura e política nas relações interamericanas* registrado no diretório de pesquisas do CNPq. O grupo reunia três pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina: Alexandre Valim, Adriano Duarte, Márcio Voigt e treze estudantes de graduação, mestrado e doutorado, todos envolvidos com o tema das relações internacionais, sobretudo focados na relação Brasil e EUA e Brasil e América Latina.

Em 2011, como desdobramento das atividades do *núcleo de estudos história, literatura e sociedade* – NEHLIS – registrei no CNPq um grupo com o mesmo nome. No início, o grupo reuniu doze professores de sete instituições diferentes: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Minas Geras, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal do Piauí, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Campinas. Além de seus respectivos orientandos de graduação, mestrado e doutorando. O grupo tem se reunido nos encontros nacionais a Associação Brasileira de História (Anpuh).

Por fim, é importante, registrar que, salvo engano, o sistema lattes de registro de atividades acadêmicas foi criado em 1999. Portanto, eu existia como pesquisador e professor antes dele. Isso tem uma implicação: não me lembro ao certo, mas acho que o meu (aqui vai o meu agradecimento muito especial para Rosane Silveira, porque foi ela que fez o meu registro na plataforma) foi feito por volta de 2002. A verdade é que nunca me entendi muito bem com esse sistema, devo ter deixado muita coisa de fora (infelizmente, a querida Rosane Silveira passou a cuidar apenas do seu próprio lattes e abandonou o meu, o que certamente contribuiu para que ele sempre tenha sido um registro mais aproximado do que real das minhas atividades, mas estou certo que o dela está corretamente atualizado). Suponho que os pesquisadores que tenham se constituído como tal na “era do lattes”, não cometam essa displicência. Certamente, há aqui um componente geracional e muito me alegra, se essa generosa banca entender que eu deva ser aprovado, que não seja mais compelido a visitar o sistema.

LIVROS

Nestes anos de universidade, publiquei três livros individuais.⁶⁹ Participei da organização de outros três, sendo que tenho, no presente momento, um livro no prelo.⁷⁰ Organizei também sete dossiês temáticos em revistas.⁷¹ Faço parte do conselho editorial da *Revista Perseu*, da Fundação Perseu Abramo; da *Revista Hydra*, e da revista *Esboços*. Publiquei nove capítulos de livros⁷² e tenho dois capítulos, atualmente, no prelo, um a ser publicado em coletânea em São Paulo e outro em Belo Horizonte, ambos, espero, ainda em 2018.⁷³

⁶⁹ *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937/1945*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. *O direito à cidade: trabalhadores e cidadãos em São Paulo (1942-1960)*. Alameda, 2018. *Literatura e Política: os concursos literários promovidos pelo MTIC em 1942 e 1944*. Ed. UFSC, 2018.

⁷⁰ Duarte, Adriano Luiz; Coan, Jordana; Wendland, Daniely; Xavier, Déborah. *Eletricitários catarinenses: a trajetória de 40 anos do contrato coletivo de trabalho da CELESC*. Florianópolis. Quorum comunicação, 2006. Duarte, Adriano Luiz e Muller, Ricardo Gaspar (org.) *E. P. Thompson: paixão e política*. Chapecó. Argos, 2012. Duarte, Adriano Luiz e Botelho, Denilson (org.) Capítulos de história social da literatura. Paraná. Curitiba, Prismas, 2018.

⁷¹ Duarte, Adriano Luiz; Gonçalves, Janice (Org.). Dossiê Rússia revolucionária: repercussões, inspirações, ressonâncias e atualidade. 30. ed. Florianópolis: *Revista Catarinense de História*, 2018. Duarte, Adriano Luiz; Fiuza, a. A. F.; Morais, a. B. (Org.). *Revista de Literatura, História e Memória: Ditaduras, memórias e suas representações artísticas*. Cascavel. Edunioeste, 2014. Duarte, Adriano Luiz; Rodrigues, Jean (Org.). *Dossiê Movimentos Sociais Urbanos*. 4/7. ed. Florianópolis: GT - Mundos do Trabalho, 2012. Duarte, Adriano Luiz; Lousada, Vania; Osório, Helen (Org.). Dossiê Histórias do Trabalho: sujeitos e perspectivas. 02. ed. Seropédica: *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, 2012. v. 34. Duarte, Adriano Luiz; Sigolo, Renata Palandri (Org.). *Esboços: revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. 16. ed. Florianópolis. 2006. Duarte, Adriano Luiz. *Esboços: revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. 14. ed. Florianópolis: Editora da Universidade, 2005. Duarte, Adriano Luiz. *Esboços: revista do programa de pós-graduação em história da UFSC*. 12. ed. Florianópolis: Editora da Universidade, 2004.

⁷² A CLT na construção do capitalismo no Brasil. In: Gustavo Scheffer Machado, Jorge Souto Maior, Paulo Yamamoto. (Org.). *O mito: 70 anos da CLT*. São Paulo: LTr, 2015, v., p. 65-70. Duarte, Adriano Luiz e Melo, André. The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Santa Catarina, Brasil, 1942-1945. In: Fabio Nigra. (Org.). *El buen vecino Estados Unidos desde Argentina y Brasil*. Valência: Biblioteca Javier Coy de estudis nord-americans Universitat de València, 2015, p. 15-36. O enigma Paulo Lício Rizzo nos arquivos do FBI, 1949-1950: de estudante premiado a "pastor comunista". In: Fortes, Alexandre; Lima, Henrique Espada; Xavier, Regina; Petersen, Silvia. (Org.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 229-254. "Breve comentário sobre momentos de utopia em Raymond Williams e Fredric Jameson". In: Maria Bernadete Ramos flores e Patrícia Peterle. (Org.). *História e arte: utopia, utopias*. Campinas. Mercado de Letras, 2013, p. 319-324. "Lei e costume: o essencial de E. P. Thompson". In: Adriano Luiz Duarte; Ricardo Gaspar Muller. (Org.). *E. P. Thompson: paixão e política*. Chapecó: Editora Argos, 2012, p. 327-354. Memória e testemunho: cinema, literatura e história. In: Maria Bernadete Flores, Patrícia Peterle. (Org.). *História e Arte: imagem e memória*. Campinas, 2012, v. , p. 289-301. Duarte, Adriano Luiz e Valim, Alexandre Busko. Brazil at War: Modernidade, liberdade e democracia nos filmes produzidos pelo Office of Interamerican Affairs. In: Francisco Carlos Teixeira da Silva; Karl Schurster; Igor Lapsky; Ricardo Cabral e Jorge Ferrer. (Org.). *O Brasil e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Em foco editora/FINEP/CNPq, 2010. Duarte, Adriano Luiz e Rampinelli, Waldir. José. "Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie". In: Rampinelli, Waldir; Alvim, Valdir; Rodrigues, Gilmar. (Org.). *Universidade e democracia*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 29-50. Duarte, Adriano Luiz e Paoli, Maria Célia. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade. In: Paula Porta. (Org.). *História da Cidade de São Paulo: A Cidade na Primeira Metade do Século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 3, p. 53-98.

⁷³ Nesse memorial me referi diretamente apenas aos artigos, capítulos de livros e livros que considero os mais importantes. Entretanto, nesses vinte e três anos de atividades publiquei, até o mês de setembro, vinte

ENSINO

Ministrei trinta e seis disciplinas diferentes ao longo dos vinte e três anos de trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina. Na graduação, foram duas disciplinas por semestre: uma obrigatória e um tópico especial ou uma disciplina obrigatória e outra no programa de pós-graduação, com exceção dos anos de formação (entre 1998-2002) no doutoramento e no pós-doutorado (2008/2009 e 2014/2015). Em dezessete anos, somam trinta e seis cursos diferentes efetivamente lecionados. Insisto no adjetivo *diferente*, porque, mesmo quando a disciplina tinha o mesmo nome e código, eu a modificava parcial ou completamente todo ano, pela simples razão de aproveitar a oportunidade para ler coisas novas e descobrir problemas diferentes. Aprendi com um grande mestre, Michael Hall, que o melhor modo de se aprender sobre um tema desconhecido é oferecer uma disciplina sobre ele.

Dentre essas disciplinas no curso de graduação, constam:

- História Contemporânea – 1998, 2004 a 2006
- História Econômica Geral – 1996 a 1998
- História Econômica, Geral e do Brasil – 2002 e 2003
- História do Brasil Republicano I – 2008 a 2018
- História do Brasil Republicano II – 2012 e 2013
- Tópicos Especiais – 2005 a 2018
- Laboratório de ensino – 2009 a 2011
- Prática de pesquisa – 2002 e 2004
- Trabalho de conclusão de curso – 2003 e 2004

No programa de pós-graduação, venho ministrando regularmente disciplinas uma vez ao ano desde 2003, quando ingressei no programa, tendo ministrado ao todo, quinze disciplinas, entre elas:

- Seminário de linha de pesquisa – 2003, 2005, 2006, 2009, 2013
- Estudos dirigidos – 2005
- Historiografia – 2013
- Encontros e desencontros entre história e literatura – 2010, 2011, 2012
- Política, cultura e lei – 2012 e 2016
- Política, sociedade e cultura no mundo contemporâneo – 2015, 2017 e 2018

e oito artigos no Brasil e no exterior, (tendo um no prelo); organizei nove livros e/ou revistas; dois livros individuais (tendo um no prelo); nove capítulos de livros (tendo dois no prelo); quatro artigos em jornal e seis prefácios/apresentações de livros ou revistas.

Lecionar tem sido uma experiência muito gratificante, um desafio estimulante, portanto fico distante daqueles para quem lecionar seria o osso do ofício de ser historiador. Quando me aposentar, certamente não sentirei nenhuma falta das atividades administravas, ou das reuniões departamentais, das quais sempre fugi, mas sentirei muito a perda do convívio com os estudantes, sobretudo os de graduação. Penso que eles não têm a dimensão do quanto são importantes para nossa formação continuada.

É importante mencionar aqui duas experiências fundamentais. A primeira, a criação da linha de pesquisa, no âmbito do programa de pós-graduação em história, *Trabalho, sociedade e cultura*, em 2002, com Paulo Pinheiro Machado e a colaboração de Henrique Espada Lima Filho e Beatriz Mamigonian. Essa linha de pesquisa, organizada nos moldes de funcionamento das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, foi uma fonte estimulante de debates nos anos iniciais da minha participação no programa de pós-graduação. Sobretudo pela reflexão das conexões entre trabalho compulsório e o trabalho livre. Por cerca de dez anos, buscamos coletivamente sofisticar as interdependências entre os temas da escravidão, do pós-abolição e do trabalho livre. A convivência com esse grupo (que depois se expandiu agregando os professores Waldir José Rampinelli, Ana Lize Brancher, Alexandre Busko Valim e Renata Palandri Sigolo), sempre foi muito desafiadora. Todavia, nossos temas de pesquisa e nossos interesses então sempre em movimento; de tal modo que, em 2012, a literatura e as difíceis relações entre história e literatura passaram a ocupar o centro das minhas pesquisas. Isso me levou, junto com Alexandre Busko Valim e Waldir José Rampinelli, a criar, no âmbito do programa de pós-graduação, a linha de pesquisa *Política, sociedade e cultura no mundo contemporâneo*, à qual se agregou em 2013, o professor Márcio Roberto Voigt. Essa linha se define por uma preocupação da história como totalidade, na qual os fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais devem ser apreendidos como momentos de um mesmo processo. Os temas relativos a Estado, cidadania, nação e ao ambiente internacional em diferentes contextos (imperialismo, colonialismo, democracia e ditadura), estão no centro de interesses. Nossa abordagem teórica – materialista e dialética – articula esses temas de pesquisa (literatura, música, cinema e relações internacionais) em contextos espaciais locais, regionais e internacionais, em estreita conexão com a perspectiva global que hoje orienta o programa.

ORIENTAÇÕES

Orientar trabalhos acadêmicos, seja trabalho de conclusão de curso, seja iniciação científica, seja mestrado ou doutorado, para mim, sempre foi uma tarefa difícil e sensível. É sempre muito delicado estabelecer o limite, justo e correto, da intervenção de quem, no caso do orientador, sugere mudanças, rumos e alterações. Sempre tentei pensar essa delicada relação como um diálogo no qual a palavra final deve ser sempre do autor e não do orientador. Do mesmo modo, penso que a composição das bancas de defesa pública dos trabalhos deve apontar para os desdobramentos da vida do candidato e não para os interesses da conexão e rede de quem orienta. Embora eu tenha áreas de interesse muito claras e específicas, nunca hesitei em aceitar uma orientação que fugisse da minha zona de conforto, porque sempre acreditei que a orientação é também um excepcional momento de aprendizagem e crescimento para orientando e orientador. É preciso reconhecer que sempre tive muita sorte e, ao longo da minha carreira, encontrei orientandos excepcionais com os quais sempre aprendi muito. O pesquisador que consegui me tornar, mas sobretudo o professor que fui capaz de construir ao longo desses vinte e três anos deve muito aos orientandos que encontrei pela frente.

Entre agosto de 2002, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em História, a setembro de 2018, quando finalizo este memorial, orientei quarenta trabalhos de conclusão de graduação; quatorze trabalhos de iniciação científica; dezenove mestrados acadêmicos; oito teses de doutoramento; uma supervisão de pós-doutorado.

Ainda tenho sob minha orientação, neste momento, cinco orientações de mestrando; quatro orientações de doutorando, duas orientações de iniciação científica; cinco orientações de trabalho de conclusão de curso e uma supervisão de pós-doutoramento.

Participei de vinte e sete bancas de trabalhos de conclusão de curso, de outros orientadores e de dezessete bancas de doutoramento, além de vinte e quatro bancas de qualificação entre mestrado e doutorado, desde que as bancas de qualificação de mestrado passaram a ser registradas no sistema Lattes.

A matemática sempre foi uma área estranha e esotérica para mim, mas pode divertir o raro leitor: a soma das bancas em que participei perfaz um total de cento e cinquenta e duas, em todos os diferentes níveis. Tendo dezessete anos de trabalho efetivos (descontados os anos de formação no doutorado, mais os dois de pós-doutoramento), somo duzentos e quatro meses de trabalho efetivo na universidade. Descontando os meses

de férias, seriam cento e oitenta e sete meses de trabalho contínuo; dividindo esse total de meses pelo número de bancas, me deparo com o singelo número: 1,23026... Em resumo, 1,23026 bancas por mês. Em tempos de produtivismo acelerado, confesso que não sei se esses números me colocariam no alto, médio ou baixo estrato, nem se fariam de mim um retrato produtivo, muito produtivo ou improdutivo. Mas é importante frisar que li todos os trabalhos de cujas bancas participei.

CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, EVENTOS

Ao todo participei de sessenta e sete eventos, no Brasil, Argentina, EUA, Uruguai, e compus o grupo de organizadores em seis eventos, sem contar os simpósios temáticos que mencionei anteriormente. Mencionarei apenas aqueles que foram mais significativos, para mim, do ponto de vista acadêmico. Em 2003, por iniciativa do professor Ricardo Muller, do departamento de sociologia política, e de um conjunto de estudantes de graduação em história organizamos em conjunto o seminário *Política e paixão: 10 anos sem E. P. Thompson*. O seminário aconteceu em setembro de 2003 e contou com a participação de pesquisadores de vários estados brasileiros. O seminário durou três dias e como desdobramento, os textos ali apresentados foram organizados por nós em um número especial da revista do departamento de história *Esboços* – um dos poucos números até hoje esgotados da referida revista.

Em 2010, participei da organização do *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e V Jornadas Nacionais de História do Trabalho* que aconteceu em Florianópolis reunindo pesquisadores do tema “mundos do trabalho” de todo o Brasil, da América Latina, Índia, África do Sul, Europa. Foi um grande e importante evento do que posteriormente se tornou o Grupo de Trabalho (GT) nacional *Mundos do Trabalho*, que vem apresentando regularmente simpósios temáticos nos encontros nacionais de história desde 2006.

Desde 2013, em colaboração com o professor Denilson Botelho de Deus, na ocasião professor do departamento de história da Universidade Federal do Piauí, mas hoje lotado na Universidade Federal de São Paulo, oferecemos nos encontros anuais da Associação Nacional de História (ANPUH) o simpósio temático: *história, literatura e sociedade*. A origem desse simpósio temático foi a constatação de que havia pouca oferta de debates, no âmbito dos encontros da associação, acerca da relação entre história e literatura. Mas também de que ofertas que eram feitas pensavam essa relação sobretudo

na chave de história cultural profundamente desencarnada e distanciada do contexto. Nosso objetivo tem sido muito claro: pensar a literatura de forma dessacralizada, como patê do seu contexto, como elemento fundamental do debate histórico e social, como resultado desse debate, mas também como parte dele.

Não menos importante tem sido os encontros anuais promovidos pelo grupo de estudos *Política, sociedade e cultura no mundo contemporâneo*. Este grupo, que também é uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação em história, reúne-se com pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno dos seguintes temas: cinema, literatura, música e relações internacionais tendo como recorte os séculos XX e XXI. Esses encontros anuais têm sido um grande alento para um debate sobre os desdobramentos nacionais e internacionais da chamada globalização. Além disso, as discussões deste grupo têm sido importantes para minha compreensão do que seja história global.

A participação em eventos, simpósios, congressos, colóquios merece um comentário: no início da carreira eu os levava muito a sério. Vou poupar o leitor da ironia matemática, mas é muito provável que tenha participado de três a quatro eventos por ano, no Brasil e/ou no exterior. Além daqueles que direta ou indiretamente ajudei a organizar. Com o passar dos anos, percebi o quanto esses eventos, sobretudo os grandes eventos, são de pequena contribuição acadêmica efetiva, embora sejam muito importantes para impulsionar as carreiras, para consolidar os contatos, para construir novas alianças, para solidificar laços que podem render convites para bancas, outros simpósios, outros congressos etc. etc... Não critico os que deles participam com denodo e assiduidade; para mim foram perdendo a importância ao longo dos anos.

ADMINISTRAÇÃO E EXTENSÃO

Devo começar com uma confissão: sempre lutei com todas as minhas forças para evitar ocupar funções administrativas na universidade, por uma razão muito simples: não tenho e nunca tive, nenhum tipo de preparo técnico para as funções administrativas; portanto, sempre me senti profundamente despreparado e ignorante sobre o que fazer ao ocupar um cargo que exige o entendimento da universidade como uma organização complexa. Não conheço seu organograma, tenho dificuldade em compreender o fluxo das decisões internas, para mim sempre foi muito misteriosa sua cadeia de comando. Se assumisse função administrativa, faria apenas mais do mesmo, porque pressinto que me falta a criatividade (criatividade, aliás, que só pode nascer como decorrência do

conhecimento consolidado e estruturado) para pensar o novo, para pensar diferente, sobretudo porque me falta esse conhecimento consolidado e estruturado. Não se trata de uma simples recusa do trabalho em si mesmo, nem de uma tentativa, com algum grande polimento, de evitar o trabalho.

Sempre pensei a universidade como uma instituição difícil, sob certos aspectos, mais complexa do que uma cidade (por exemplo, o orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina é maior do que o orçamento da cidade de Florianópolis), e nunca senti que entendesse essa instituição a ponto de me envolver em sua administração. Além disso, ao longo desses anos, assisti, de perto ou de longe, a vários colegas que, diferentemente de mim, se sentiam capacitados para as funções administrativas e, de modo geral, posso hoje fazer o balanço de suas experiências em dois sentidos: os que se saíram bem, não fizeram nada de especial, apenas continuaram a fazer o que já era feito, com rara criatividade, com rara engenhosidade, em resumo, fizeram mais do mesmo, mesmo quando antes suas críticas eram estridentes acerca do funcionamento deste ou daquele setor. Os que se saíram mal, e lamentavelmente acho que nesse item há um número maior do que no anterior, estavam os que também não tinham a menor ideia do que fazer – como, em geral, no primeiro grupo – mas que, sem qualquer conhecimento de administração pública, tentaram moldar os setores à sua imagem (geralmente uma imagem que não correspondia ao real) e semelhança. O mais surpreendente é que, a despeito dos erros crassos, dos equívocos voluntariosos e do desconhecimento absoluto acerca do funcionamento da instituição, a universidade continue resistindo a esse tipo de “dedicação caprichosa”. Acredito que isso nos ensine um bocado sobre a política numa esfera macro. A cidade – possivelmente as cidades, os estados e os países – é, de modo geral, governada assim. Não vai aqui nenhuma sugestão de que apenas técnicos deveriam gerir as instituições complexas. Nenhuma perspectiva tecnocrática me alenta. As decisões na esfera da vida pública (bem como da vida universitária) devem ser decisões políticas, mas, no âmbito de uma instituição como a universidade, com servidores técnico-administrativos competentes e preparados, muita decisão equivocada seria evitada se as decisões administrativas fossem apenas de sua alçada e aos professores coubesse tão somente a discussão e a decisão sobre ensino, pesquisa e extensão.

Resisti o quanto pude, mas em momento de pressão intensa cedi (com a convicção de que fiz mais do mesmo) e exerci por dois anos a função de *coordenador de ensino*, entre 1996/1998. Fui vice chefe de departamento em três gestões, 2010/2011, e 2013/2014, 2018/2020. E também sou *coordenador de pesquisa* desde 2016.

OBSERVAÇÕES FINAIS, POR ENQUANTO...

É importante, por fim, registrar que a trajetória, mais ou menos coerente e lógica aqui apresentada sumariamente, foi na verdade uma sucessão de fragmentos interpostos com algum ordenamento. Talvez a trajetória fosse mais bem descrita como uma série permanente de tentativas interrompidas, de recomeços que não são exatamente continuidade dos pontos deixados atrás, já que muitas vezes diferiram do que fora planejado no início. Ocorreram não apenas mudanças temáticas, mas, com relativa frequência, a descoberta de novas perspectivas teóricas e o conseqüente abandono de crenças aparentemente sólidas e estabilizadas, o que muitas vezes representou rupturas, nem sempre tranquilas, com ideias, conceitos, crenças, valores e pessoas. Tudo o que parecia sólido se desmanchava no ar, muitas vezes...

A década de 1990 foi, ao menos no que concerne à minha formação, um momento de transformações profundas. Com a queda do “socialismo real” e seus estados-satélites, parecia que a crítica marxista do capitalismo havia chegado ao fim. Aparentemente o capitalismo havia vencido, chegáramos ao “fim da história”. Restava-nos, a partir daí, apenas tentar melhorar, no que fosse possível, o capitalismo realmente existente; afinal, todas as alternativas de erradicá-lo haviam se mostrado insuficientes ou autoritárias e fracassado inapelavelmente. Não parecia haver outra possibilidade, esse era nosso destino. Essa era uma convicção muito profundamente disseminada não apenas na sociedade e nos meios de comunicação, mas sobretudo na universidade. Nos cursos de ciências humanas, especialmente nos de história, essa perspectiva tornou-se hegemônica (com muitos nomes diferentes: pós-modernismo, pós-estruturalismo, culturalismo, *linguistic turn*⁷⁴etc.). Eu sempre desconfiei dessa narrativa e, quanto mais a crítica marxista era posta de lado e desqualificada como ultrapassada, mais eu me sentia atraído por ela; afinal, não me parecia muito coerente gastar tamanha energia e esforço para sepultar uma tradição fracassada, autoritária, derrotada e inoperante. Assim, se durante os anos 1980 era desnecessário afirmar-se como parte da tradição marxista, depois de 1989 isso se tornou novamente um imperativo, uma bandeira de combate. Eu nunca havia

⁷⁴ Penso, por exemplo, na ideia de que a compreensão, não apenas de textos, mas de toda a realidade social está determinada pela linguagem, de que a linguagem não é mais tão somente uma imagem – muitas vezes problemática, por certo, daquilo que está dado – mas o próprio *locus* da constituição do sentido, como, por exemplo, formulado na famosa frase de Gadamer: “o ser que pode ser compreendido é linguagem” Gadamer, Hans-George. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Meurer. Petrópolis. Vozes, 1997, p. 687.

pensado em mim mesmo com um marxista, hoje não consigo me imaginar de outra maneira.

Passados quase vinte anos e, sobretudo depois da crise 2008 e de seus desdobramentos, mas também depois do evidente fracasso político, social e moral do neoliberalismo (fracasso que, ao que tudo indica, ainda não foi notado pelos liberais e conservadores brasileiros), a tradição marxista de crítica ativa – e a noção de totalidade, central na sua configuração – parece estar recobrando sua centralidade, não apenas na academia, mas sobretudo na sociedade. Entre os historiadores, por exemplo, foi comum a um certo grupo, durante muito tempo, uma recusa em operar com o conceito de classe. Esse grupo hoje parece bastante desnordeado com o mundo real: afinal, como pensar o Brasil e o mundo depois 2008, sem o recurso à noção de classe e às categorias oriundas do marxismo? Sobretudo, como pensar o Brasil do golpe de 2016, que substitui a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, afastada sem crime de responsabilidade e substituída pelo “minúsculo Bela Lugosi”, cujo papel no desmonte do “milagrinho” dos anos Lula/Dilma é enorme, sem o recurso ao conceito de luta de classe?

Num certo sentido, e a despeito de tudo, há aqui motivos para um certo alento. E me dou conta de que não estou sozinho nessa persistência. Roberto Schwarz, no debate de lançamento do livro “Nós que amávamos tanto 'o capital': leituras de Marx no Brasil”⁷⁵, referiu-se ao marxismo de Antonio Candido em termos semelhantes: em tempos de ditadura, dizia Roberto, ele [Antonio Candido] se sentia 90% marxista; em momentos em que a luta de classes era menos acirrada, seu marxismo baixava para 50%. Deixando de lado a fina ironia, é possível sugerir que, desde os anos 1990, a luta de classes, ao contrário do que se dizia, tem sido intensíssima. Portanto, reafirmar minha vinculação a essa tradição que se recusa a morrer é não apenas uma questão acadêmica importantíssima, mas um imperativo político e moral inescapável. Portanto, fecho com o mestre Antonio Candido e reivindico meus 90% de marxismo, torcendo para que ele possa retroceder os “níveis mais comedidos” em futuro breve.

Eu desejei muito entrar para uma universidade pública e de qualidade. Entendia que, apenas nessa condição, eu poderia estudar, ensinar e pesquisar com alguma tranquilidade. Esse anseio se cumpriu, mas os custos nem sempre são baixos. O difícil, árduo e longo processo do conhecimento deveria ser pavimentado pela reiteração do

⁷⁵ Sader, Emir; Moraes, João Quartim de; Giannotti, José Arthur e Schwarz, Roberto *Nós que amávamos tanto 'o capital': leituras de Marx no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2017.

princípio socrático: *só sei que nada sei*, pela obviedade de que o conhecimento demanda mais conhecimento e a contínua superação da ignorância de que sempre parte e da nova ignorância onde sempre acaba por chegar. Entretanto, em alguns casos, a vida universitária parece estimular e incentivar o contrário desse princípio, tanto nos que aprendem quanto nos que ensinam: informações ligeiras e superficiais (carregadas de certo grau de insegurança mal disfarçada) muitas vezes abonam a arrogância e pretensão, quase sempre inversamente proporcionais ao conhecimento arduamente construído.

Ao longo dos anos minha relação com a universidade foi se transformando. Deparei-me com dois tipos básicos de comportamento dos quais, hoje, quero manter uma equidistância crítica. Olhando para trás, tenho a impressão de que, quando cheguei em 1996, trazia comigo uma grande ingenuidade, acreditava que o compromisso central de uma universidade pública deveria ser com a qualidade da formação dos seus estudantes. Mas a instituição pode ser também atravessada pela lógica do favor, do compadrio, do jeitinho e da amizade. Isso foi ficando cada vez mais claro para mim. A propalada universalidade embutida no slogan “universidade pública, gratuita e de qualidade” é, muitas vezes, apenas um slogan vazio. A universidade não está imune ao contexto no qual ela opera, embora muitas vezes seja possível imaginar – e até desejar – que dentro dos seus muros reine uma cordialidade e uma lógica universalista que é uma simples ilusão, ou melhor, parte de uma imagem distorcida, mas ainda fundamental que projeta a universidade como um lugar especial e uma instituição peculiar. Isso é parte fundante de um discurso ideológico da sua autorrepresentação.

A tentativa de me distanciar dessas práticas “do favor” me levou para o extremo oposto. Aproximei-me de uma noção, que por anos me pareceu correta e que defendia uma seriedade “quase neutra” e um comprometimento radical com o mérito: um investimento intenso em publicação, na participação em congressos, mirando sempre a internacionalização, seja nas publicações, seja nos eventos. Ali me pareceu, durante anos, se expressar a verdadeira universidade. Com o tempo, percebi uma contradição fundamental nesses discursos e práticas: elas são, a seu modo, profundamente autoritárias, excludentes e arrogantes. Em primeiro lugar, porque a ênfase na internacionalização é, em geral, expressa como um tributo pago aos centros internacionais de pesquisa e excelência e que é muito mais importante estar a eles conectado do que empenhado na reflexão das mazelas e contradições dessas terras do sul do mundo. Há nessa perspectiva um fascínio, meio tolo, pelo que se produz no exterior. Não há aqui uma crítica às trocas internacionais *per si*, elas são fundamentais para um avanço globalizado do

conhecimento. O problema me parece residir numa espécie de idolatria acrítica aos centros de produção internacional; que nem sempre considera que essa divisão é também uma forma de expressão e reiteração de desigualdades e de divisões internacionais do trabalho. Em que um texto publicado em outra língua, um congresso em outro país diferencia um pesquisador de outro? Mas até mesmo essa postura (um tanto similar à síndrome do cachorro vira-lata) seria tolerável, não viesse acompanhada de uma referência extremamente arrogante que trata, por exemplo, as ações sindicais, as práticas simples de extensão que objetivam levar o conhecimento para fora dos muros dos *campi* quase como um desvio de finalidade – mesmo quando levantam a bandeira da história pública – ou que trata os colegas que não se importam ou não alcançam projeção nessa internacionalização como uma espécie de resíduo do qual a universidade deveria se livrar. Apenas quando pude estar “no centro” é que esses pesos relativos se tornaram evidentes para mim.

Não faço essas ponderações com a intenção de me colocar num ponto melhor ou a salvo dessas duas vertentes e sei que há outras. Estou mergulhado nessas ambiguidades, nos seus dilemas e contradições. Se faço o balanço é apenas porque julgo que, quando compreendi seus significados e alcance, encontrei certa paz. Se ainda hoje, quase na reta final daquilo que se chama carreira, não sei ao certo qual é o meu papel e lugar na universidade pública, sei ao menos o que não quero mais e o que não espero mais dessa instituição.